

**O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES COM NEE:** Como se dá a participação dos pais.

Kamila Galvão Barreto Ferreira

**O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS
E ADOLESCENTES COM NEE:
COMO SE DÁ A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS.**



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Porto, 2019.

**O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES COM NEE:** Como se dá a participação dos pais.

Kamila Galvão Barreto Ferreira

**O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS
E ADOLESCENTES COM NEE:
COMO SE DÁ A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS.**

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Porto, 2019.

**O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.**

Kamila Galvão Barreto Ferreira

**O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS
E ADOLESCENTES COM NEE:
COMO SE DÁ A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS.**

Assinatura: _____

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa pela Mestranda Kamila Galvão Barreto Ferreira como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação: Educação Especial, realizada sob a orientação da Professora Doutora Ana Paula Antunes Alves.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

RESUMO

O presente estudo tratou sobre o envolvimento familiar na educação especial de crianças e adolescentes com Necessidades Educativas Especiais (NEE) a fim de compreender como ocorre a participação dos pais. O envolvimento parental no âmbito escolar é uma temática relevante e tem sido discutida amplamente, visto a necessidade de ações conjuntas entre pais e escola, a fim de potencializar o desenvolvimento dos alunos. No entanto esta proposta traz desafios para a política educacional que precisa se adequar e aprimorar sua atuação para cumprir o que a legislação já prevê no que tange a participação familiar no processo educacional, respeitando os novos formatos familiares e suas especificidades. Para a realização deste estudo foi feita uma revisão bibliográfica e posteriormente uma pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionários, que contou com a participação de trinta familiares de alunos de quatro a dezessete anos com NEE. Mediante a realização da pesquisa, foi possível perceber que as famílias realizam ações que evidenciam preocupação sobre a importância de sua participação no processo educacional dos filhos. No geral, a maior parte dos pais ou responsáveis responderam que realizam com grande frequência a maioria das atividades que foram questionadas. Porém ficou sinalizado que algumas atividades importantes não estão sendo realizadas com tanta constância. Uma delas é a participação oral dos pais por iniciativa própria em reuniões, onde grande parte comparece, mas não expressa suas opiniões, dúvidas, elogios e reclamações. Também ficou evidenciado que menos da metade dos inquiridos sempre costuma oferecer ajuda a escola quando toma conhecimento que acontecerá alguma atividade festiva. A partir dos dados recolhidos verificamos também que a maior parte das famílias nem sempre realiza atividades que não são exigidas pelas escolas. O outro ponto que chamou atenção foi à frequência que os pais incentivam seus filhos a terem contato com seus colegas de escola em outros ambientes, pois não foi alto o índice de familiares que faz isso com grande frequência. Conclui-se que os familiares têm se inteirado e assumido seu papel fundamental e complementar na educação de seus filhos, no entanto existem factores que precisam ser trabalhados, aprimorados e repensados para que o envolvimento parental seja efetivo e contínuo.

Palavras-chave: Necessidades Educativas Especiais; Educação Especial; Alunos; Famílias.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

SUMMARY

The present study dealt with family involvement in special education of children with special educational needs (SEN), in order to understand how the participation of parents happens. Parental involvement in the school context is a relevant theme and has been discussed widely, taking into consideration the need of joint actions between parents and school, in order to enhance the development of students. However this suggestion brings challenges to the educational policy that need to fit and enhance your practice to comply with what the law already provides with respect to family participation in the educational process, respecting the new family formats and their specificities. To accomplish this study, a bibliographical review and a field research were carried out by means of applying questionnaires , and through the participation of thirty relatives of pupils from four to seventeen years with SEN. Upon the completion of the survey, it was possible to perceive that families accomplish actions that show concern about the importance of their participation in the educational process of their children. In General, most of the parents or guardians responded that they performed, at high frequency most activities that were questioned. But it was signaled that some important activities are not being accomplished so often. One of them is the oral participation of parents on their own initiative in meetings, where a large number of them appears, but they do not express their opinions, concerns, compliments or complaints. It was also shown that less than half of respondents always tend to offer help to school when they know that some festive activity will happen. From the data collected we also noted that most families don't always carry out activities that aren't demanded by schools. The other factor that drew attention was the frequency that parents encourage their children to have contact with their classmates in other environments as the index of family members who do that with great frequency wasn't high. It is concluded that the family members have found out and assumed their vital and complementary role in the education of their children, however there are factors that need to be worked on, enhanced and rethought of so that parental involvement be effective and continuous.

Keywords: Special educational needs; Special Education; Students; Families.

**O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.**

DEDICATÓRIA

A Deus, que sempre me guiou e concedeu coragem e capacidade para persistir nos meus objetivos. Aos meus pais e ao meu marido, que sempre acreditaram em mim.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Rubens e Valdete, pelo amor e educação, por terem me proporcionado a oportunidade de estudar e evoluir profissionalmente e pessoalmente.

Ao meu esposo, Cleberson, que sempre me apoiou e viveu comigo este sonho, sendo compreensivo, parceiro e um dos meus maiores incentivadores.

Aos meus irmãos, Willians (in memorian), Gisele e Rúbia, parceiros de toda a vida para sempre, pelo apoio, carinho e admiração que sempre demonstraram.

Aos meus amigos por todo o incentivo, torcida e compreensão pela minha ausência em alguns momentos em razão da realização deste trabalho. Agradeço também a minha professora de inglês Najwa pelo carinho e apoio.

Aos meus patrões da Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul e Fachasul que me apoiaram e possibilitaram a minha participação em todas as aulas deste mestrado, concedendo férias no momento oportuno.

A direção e funcionários da APAE de Chapadão do Sul, bem como as famílias que contribuíram com esta pesquisa.

Aos colegas de turma, em especial as companheiras: Sandra Voos, Cerise, Edlamar, Maria Clara e Sandra Prado, que foram grandes parceiras e me ensinaram muito. São profissionais admiráveis.

A todos os professores que tive durante a vida, que contribuíram de alguma forma com a minha formação, em especial aos docentes da Universidade Fernando Pessoa (UFP).

Por fim, à minha orientadora, Ana Paula Antunes Alves, que lecionou suas aulas com maestria e me direcionou para a realização desta pesquisa, contribuindo significativamente com a efetivação desta conquista.

**O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.**

ÍNDICE GERAL

RESUMO	V
SUMMARY	VI
DEDICATÓRIA.....	VII
AGRADECIMENTOS.....	VIII
ÍNDICE GERAL	IX
ÍNDICE DE TABELAS	XI
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	XII
ABREVIATURAS	XIV
I. Introdução.....	1
II. Marco Teórico.....	4
1. Percurso histórico da educação especial.....	4
i. Breve histórico sobre a vivência da pessoa com deficiência.....	4
ii. Trajetória histórica da educação especial em Portugal	10
iii. Trajetória histórica da educação especial no Brasil	14
iv. Comparativo da evolução da educação especial entre Brasil e Portugal.....	20
2. Escola, pais e alunos com NEE	24
i. Conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE).....	24
ii. Conceito de família.....	25
iii. A importância da família.....	29
iv. Normativas para a participação da família na educação escolar	32
v. Relação escola e família	35
III. Estudo Empírico	44
1. Contextualização e Participantes	44
i. População alvo e participantes	44
2. Metodologia e estrutura da investigação	49

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

i. Objetivo da pesquisa.....	49
ii. Pergunta de Partida.....	49
iii. Hipóteses de investigação.....	50
iv. Estratégia metodológica.....	50
v. Intrumentos.....	52
IV. Apresentação dos Resultados	53
1. Teste das Hipoteses.....	53
V- Discussão e Conclusão.....	74
VI. Bibliografia.....	81
VII. Anexos.....	87

**O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.**

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Sexo dos participantes.....	45
Tabela 2: Faixa etária dos participantes.....	46
Tabela 3: Estado civil dos participantes.....	46
Tabela 4: Renda familiar dos participantes.....	47
Tabela 5: Escolaridade dos participantes.....	48
Tabela 6: Média percentual de aferição da H1.....	55
Tabela 7: Média percentual de aferição da H2.....	57
Tabela 8: Média percentual de aferição da H3.....	62
Tabela 9: Média percentual de aferição da H4.....	66
Tabela 10: Média percentual de aferição da H5.....	69
Tabela 11: Média percentual de aferição da H6.....	71
Tabela 12: Média percentual de aferição da H7.....	73

**O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.**

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sexo dos participantes.....	45
Gráfico 2: Faixa etária dos participantes.....	45
Gráfico 3: Estado civil dos participantes.....	46
Gráfico 4: Renda familiar dos participantes.....	47
Gráfico 5: Escolaridade dos participantes.....	48
Gráfico 6: Apuração sobre os cuidados com o filho no que diz respeito a chegar na escola no horário correto.....	54
Gráfico 7: Apuração sobre os cuidados com o preparo do filho para ir à escola com a vestimenta adequada.....	54
Gráfico 8: Apuração dos cuidados com a higiene do filho.....	55
Gráfico 9: Apuração sobre a busca de informações sobre o funcionamento e normas da escola.....	56
Gráfico 10: Apuração sobre o respeito e orientação dos filhos para acatar as normas e regras da escola.....	57
Gráfico 11: Apuração sobre a participação nas reuniões de pais.....	58
Gráfico 12: Apuração sobre o pronunciamento das famílias nas reuniões de pais.....	59
Gráfico 13: Apuração do comparecimento da família na escola, quando é chamada.....	59
Gráfico 14: Apuração da participação dos familiares em atividades festivas oferecidas pela escola.....	60
Gráfico 15: Apuração da participação dos familiares nas decisões da escola, quando é dado espaço.....	60
Gráfico 16: Apuração do interesse dos familiares em participar voluntariamente das atividades da escola, mediante convite.....	61
Gráfico 17: Apuração da iniciativa dos familiares em oferecer auxílio à escola.....	61
Gráfico 18: Apuração do interesse em saber o que o filho está estudando na escola.....	63
Gráfico 19: Apuração do interesse em saber como é a relação do filho com os demais alunos.....	64

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Gráfico 20: Apuração do interesse em saber como é a relação do filho com os professores e demais funcionários da escola.....	64
Gráfico 21: Apuração do diálogo com o filho sobre como foi o dia na escola.....	65
Gráfico 22: Apuração do interesse em buscar informações sobre problemas de indisciplina do filho na escola.....	65
Gráfico 23: Apuração da realização de atividades com o filho, que não são exigidas pela escola.....	67
Gráfico 24: Apuração da observação quanto a realização das tarefas de casa pelo filho.....	67
Gráfico 25: Apuração da ajuda que oferece ao filho na realização das tarefas de casa.....	68
Gráfico 26: Apuração do auxílio na organização do tempo do filho, para a realização de todas as atividades diárias.....	68
Gráfico 27: Apuração do incentivo a participação do filho em atividades de interação com a comunidade.....	70
Gráfico 28: Apuração do estímulo ao convívio do filho com os colegas de turma, fora da escola.....	70
Gráfico 29: Apuração da valorização dos avanços no aprendizado do filho.....	72
Gráfico 30: Apuração do encorajamento e valorização para que os filhos persistam nas atividades que demonstram dificuldade.....	72

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

ABREVIATURAS

AAMR: Associação Americana sobre Retardamento Mental

AEE: Atendimento Educacional Especializado

APAE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

APM: Associações de Pais e Mestres

CEB: Câmara de Educação Básica

CERCI: Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas

CNE: Conselho Nacional de Educação

CONFAP: Confederação Nacional das Associações de Pais

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

INES: Instituto Nacional de Educação de Surdo

IP: Intervenção Precoce

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

MEC: Ministério da Educação

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social

NEE: Necessidades Educativas Especiais

ONG: Organizações Não Governamentais

ONU: Organização das Nações Unidas

PEI: Programa Educativo Individual

PIAF: Plano Individualizado de Apoio a Família

PNAS: Política Nacional de Assistência Social

PNE: Plano Nacional de Educação

SNIP: Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

I. INTRODUÇÃO

Diversos estudos apontam a crucial importância do envolvimento familiar no processo educacional dos filhos. A família é o primeiro núcleo social em que a criança é inserida, sendo fundador de sua cultura, regras, ritos e crenças. É a estrutura social básica, o primeiro núcleo onde acontecem as relações socioafetivas e a construção do sujeito, possuindo assim um papel determinante no desempenho da aprendizagem. Consideramos, por isso, necessário compreender como a família tem participado e colaborado no processo educacional dos seus filhos com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

O presente estudo trata sobre o envolvimento familiar na educação especial de crianças e adolescentes com NEE, verificando como ocorre a participação dos pais no processo educacional.

Neste sentido, visamos aqui responder à seguinte pergunta de partida: Como se dá a participação familiar na educação especial de crianças e adolescentes com NEE?

Além disso, buscamos testar as seguintes hipóteses: as famílias oferecem cuidados básicos aos filhos, inclusive os preparando para frequentar a escola; os familiares não se atentam as normas e regras da escola; as famílias não participam das ações e decisões escolares; as famílias se interessam sobre como é o dia a dia dos filhos na escola; as famílias se preocupam com o processo educacional dos filhos no cotidiano do lar; as famílias estimulam os filhos a interagirem socialmente e as famílias incentivam seus filhos a avançarem.

Este estudo foi realizado por meio de pesquisa quantitativa que pretendeu validar hipóteses por meio de uma amostra de conveniência (pais ou responsáveis das crianças e adolescentes de quatro a dezessete anos com NEE, matriculados na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, na cidade de Chapadão do Sul, Mato Grosso do Sul). Por isso, foram recolhidos dados através de instrumentos padronizados, onde foram utilizados questionários estruturados com perguntas de escolha múltipla. Os referidos questionários foram aplicados no segundo semestre de 2018.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

O objetivo deste estudo foi conhecer como se dá o envolvimento familiar no processo educacional dos filhos com NEE de quatro a dezessete anos. Para isso, buscamos conhecer o percurso histórico da educação especial, identificar o conceito e as principais normativas legais, compreender a relação entre escola, alunos e pais, e por fim, identificar como tem ocorrido o envolvimento parental nas atividades escolares quotidianas dos filhos.

No primeiro capítulo tratamos sobre o percurso histórico do deficiente, os avanços ao longo do tempo, realizamos também uma breve abordagem sobre educação especial em Portugal e no Brasil, além de uma pequena análise comparativa entre os dois países, a fim de compreender o caminho percorrido e a legitimação dos direitos das pessoas com deficiência. Com isso, foi identificado que ambos os países possuem normativas importantes para o embasamento da inclusão social, compreendendo neste contexto a educação especial, onde Portugal ganha destaque no cenário mundial no que diz respeito à inclusão de pessoas com NEE no âmbito escolar. O Brasil também avançou se comparado a sua trajetória histórica. Contudo, foram identificados progressos e dificuldades de cada uma destas nações, de acordo com suas particularidades, entretanto ainda são necessários esforços para a efetiva inclusão das pessoas com NEE na escola regular.

No segundo capítulo, versamos sobre os conceitos da educação especial, conceitos de família e sua importância, além das normativas que tratam sobre a participação familiar na educação escolar e a relação entre ambos. Ficou evidente a importância da família no processo educacional das crianças e adolescentes com NEE, que inclusive é um direito e um dever dos pais e da escola, garantido legalmente por meio de normativas que incluem a família como uma das partes primordiais da educação, enfatizando assim a relevância de uma boa relação entre escola, profissionais e familiares, que implica no processo de aprendizagem.

Finalmente, apresentamos o perfil dos familiares entrevistados e o resultado da pesquisa realizada com os pais ou responsáveis das crianças e adolescentes com NEE, que tratou sobre como os mesmos entendem sua participação na educação dos filhos. A

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

pesquisa apontou a frequência que os familiares têm atitudes participativas no processo educacional dos seus educandos.

Diante dos resultados apresentados, conseguimos responder a pergunta inicial e identificar como ocorre o envolvimento familiar na educação especial de crianças e adolescentes com NEE. Os dados evidenciaram que um número expressivo de pais participa com grande frequência na maior parte das atividades diárias relacionadas ao processo educacional dos seus filhos, no entanto percebemos que as famílias apresentaram certa dificuldade em se expressar verbalmente nas reuniões de pais, em oferecer ajuda a escola, em realizar tarefas com os filhos que não são exigidas pela instituição de ensino e propiciar com frequência a convivência dos seus filhos com os demais colegas de turma, fora do ambiente de aula.

Em linhas gerais, o resultado da pesquisa confirmou a maioria das hipóteses e evidenciou a efetiva participação da maior parte dos familiares na vida escolar de seus filhos, indo de encontro com o que já é previsto pelas normativas e com a literatura utilizada neste trabalho, embora ainda haja o que se avançar para uma participação mais ativa.

II. MARCO TEÓRICO.

1. Percurso histórico da educação especial.

As pessoas com deficiência sempre estiveram presentes na sociedade como coadjuvantes, ou muitas vezes foram tratadas como seres invisíveis ou incapazes. Ao longo da história encontramos resquícios de exclusão, pois foram segregadas da sociedade, mas lentamente foram reconhecidas como sujeitos de direitos como veremos a seguir.

Conhecer este percurso é essencial para que possamos compreender como se deu esse processo até atualidade e quais os avanços que ainda são necessários.

i. Breve histórico sobre a vivência da pessoa com deficiência.

Durante muito tempo a sociedade excluiu a pessoa com deficiência e privou-a de direitos inerentes a todo ser humano. Segundo Zanella (2014) na antiguidade as pessoas com deficiência eram segregadas e sofriam fortes discriminações, eram consideradas anormais, foram marginalizadas e também abandonadas em conventos ou igrejas, onde sobreviviam em troca de trabalhos prestados. Nesta época não havia a oferta de atendimento à pessoa com deficiência. Para Walber e Silva (2006), antigamente acreditavam que as pessoas com deficiência tinham pacto com o demônio e estavam sendo punidas por Deus pelas faltas cometidas, sendo banidas do convívio social.

Zanella (2014) descreve que no século XV, com o início do capitalismo mercantil, houve a queda da hegemonia católica e a sociedade passou a viver sob uma nova ordem societária, onde proprietários dos meios de produção utilizavam da mão de obra operária para adquirir lucro e o aumento do capital, por isso era preciso se ter bons trabalhadores, nesta vertente, as pessoas com deficiência eram vistas como um ser improdutivo, além disso, onerosas para a sociedade.

Zanella (2014) acrescenta ainda que a partir do século XVIII foram criados diversos hospitais para leprosos, mais conhecidos como hospícios, com o intuito de

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

acolher e tratar pessoas com deficiência, extraindo-as da sociedade e do convívio social. Miranda (2003) também faz referência a este período histórico, onde refere que nos séculos XVIII e XIX houve a fase da institucionalização, onde as pessoas com deficiência eram segregadas e protegidas em instituições residenciais.

Outra fase citada por Miranda (2003) foi a criação das escolas e classes para a oferta de uma educação, à parte, para este público, que ocorreu no final do século XIX e meados do século XX. Já no final do século XX, aproximadamente da década de 70, houve um movimento de integração social dos indivíduos com deficiência, esse movimento tinha o intuito de integrá-los nas escolas, da forma mais próxima possível dos demais alunos, onde a criança com deficiência deveria ser educada considerando o limite da sua capacidade.

Zanella (2014) elucida que com a valorização da medicina, o deficiente deixou de ser associado a aspectos demoníacos, pois inicialmente os estudos apontavam que a deficiência era uma doença unitária e herdada, orgânica e irreversível.

Neste sentido, Borges (2011) descreve que no século XIX o médico Jean Marc Itard, foi o primeiro investigador que utilizou métodos sistematizados para o ensino de pessoas com deficiência, por isso foi apelidado de pai da educação especial, pois considerou que existiam inteligências educáveis. Itard desenvolveu a primeira tentativa de educar uma criança, o menino chamado Vitor, de doze anos, mais conhecido como “Selvagem de Aveyron¹”.

Houve também outro médico, Edward Seguin, que por influência de Itard, criou um método de treino proveniente das especulações pedagógicas de Jean Jacques Rousseau, este método era aplicado por meio de estímulo do cérebro através de atividades sensoriais e físicas, conforme cita Miranda (2003) e Borges (2011).

¹Em setembro de 1799, um menino, de cerca de 12 anos de idade, foi encontrado perto da floresta de Aveyron, sul da França. Estava sozinho, sem roupa, andava de quatro e não falava uma palavra. Aparentemente fora abandonado pelos pais e cresceu sozinho na floresta. O jovem médico Jean-Jacques Gaspar Itard encontrou um aglomerado de pessoas observando o menino enjaulado, a quem chamavam de menino-macaco. Com autorização judicial, o médico o conduziu à sua residência, onde se propôs a tratá-lo e educá-lo, tornando-o objeto de investigações científicas (Rodrigues, 2008, p. 12).

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Miranda (2003) relata ainda que Edward Seguin também se dedicou ao desenvolvimento de serviços onde fundou em 1837 uma escola para idiotas, além disso, foi o primeiro presidente da Associação Americana sobre Retardamento Mental (AAMR).

Outro nome importante foi o da Maria Montessori. Segundo Borges (2011) a mesma era educadora e médica italiana e se baseou nas suas concepções pedagógicas em defesa do potencial criativo das crianças com deficiência e no direito de terem acesso a uma educação apropriada às especificidades da personalidade, conjugando o desenvolvimento mental e biológico, dando destaque ao treino prévio dos movimentos musculares. Esta técnica buscava o uso sistêmico e manipulação de objetos e foi experimentada em diversos países da Europa e da Ásia.

As metodologias desenvolvidas por esses três estudiosos, durante quase todo o século XIX, foram utilizadas para ensinar as pessoas denominadas idiotas que se encontravam em instituições. Todas essas tentativas de educabilidade eram realizadas tendo em vista a cura ou eliminação da deficiência através da educação (Miranda, 2003, pp. 2-3).

A partir daí, tornou-se missão de muitos, fazer com que os indivíduos com NEE fossem reconhecidos, houve envolvimento dos pais, investigadores, professores, políticos e defensores da causa, mas apesar de todo o esforço, somente da década de 60 do século XX, que se começou a dar efetiva atenção para a questão, segundo Serrano (2007).

Santos (2016) cita que a história da pessoa com deficiência converge com as principais mudanças que influenciaram a sociedade. Nos séculos XVIII e XIX ocorrem diversas transformações que implicaram na concepção e classificação dos que eram considerados “diferentes”.

Outro ponto importante foi o facto dos feridos da guerra tornarem-se deficientes, pois segundo Rogalski:

O movimento cresceu, ganhou muitos adeptos em progressão geométrica com resultado de vários fatores, entre eles, o desdobramento de um fenômeno que caracterizou-se a fase Pós-

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Segunda Guerra Mundial. Feridos da guerra se tornaram deficientes. Uma vez reabilitados, voltariam a produzir. Ao redor deles, foi surgindo uma legião multidisciplinar de defensores de seus direitos. Eram cidadãos que se sentiam, de algum modo, responsáveis pelos soldados que tinham ido representar a pátria no front, há décadas (2010, p. 6).

Capellini e Mendes (2001), também referem este aspecto na sua pesquisa e mencionam que nos Estado Unidos, nos anos pós-guerra ocorreram diversas transformações no que diz respeito aos aspectos econômicos, políticos e sociais, que impactou nas diretrizes que norteavam a pessoa com deficiência. Neste momento da história houve pressão dos movimentos sociais em defesa das minorias, fazendo com que o governo tivesse que tomar providências para minimizar a segregação e discriminação. Neste contexto a escassez de mão de obra causada pelas duas guerras mundiais, influenciou no movimento integracionista das pessoas com deficiência.

De acordo com Zanella (2014), em 1948 a Organização das Nações Unidas (ONU) considerou que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direito”, a partir daí, se deu início a fundamentação de regulamentos para a garantia de direitos da pessoa com deficiência.

Vale destacar três principais documentos internacionais que foram fundamentais para o avanço das políticas públicas para a pessoa com deficiência e nortearam a educação inclusiva.

Para Santos (2016), o primeiro deles foi a Declaração de Jomtiem, em 1990, que surgiu da Conferência Mundial sobre Educação para todos e ocorreu em Jomtiem, na Tailândia. O segundo foi a Declaração de Salamanca em 1994, por meio da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, que foi realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na cidade de Salamanca, na Espanha. O foco principal foi à atenção educacional aos alunos com NEE. O evento contou com a participação de 88 países e 25 organizações internacionais.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Por fim, Santos (2016), cita a Convenção de Guatemala, em 1999, da qual, países sul-americanos foram signatários, e teve como objetivo tratar sobre eliminação da discriminação contra as pessoas com deficiência. Este documento era contrário a qualquer tratamento diferenciado aos deficientes, que implicasse na exclusão ou restrição ao exercício dos mesmos direitos das demais pessoas.

Sasaki (1997) menciona que a ONU oficializou em 1891 o ideal da igualdade de oportunidades em todos os setores, incluindo a Educação, posteriormente, em 1983 o Programa Mundial de Ação Relativo a Pessoas com Deficiência, novamente consagrou esses direitos. Outro feito importante, destacado pelo autor é a Declaração Mundial de Educação para todos, aprovado pela ONU em 1990, onde deixou implícito o direito da pessoa com deficiência à educação comum.

Cabe lembrar que em 1993, segundo Borges (2011), a ONU proclamou uma norma sobre a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, onde induzia os estados membros a garantirem educação para pessoas com deficiência de forma integrante do sistema educativo. Definia também normas sobre a igualdade de oportunidades para este público.

Cabe dar destaque a Declaração de Salamanca que foi um marco histórico, pois este documento foi relevante para a educação inclusiva, garantindo a educação para todos, considerando e respeitando as individualidades de cada ser humano, pois o referido documento descreve que as escolas teriam que atender todas as crianças, independente das condições de cada uma.

Com isso, Zanella (2014) ressalta que esse princípio reforça que o sistema educacional deve atender os alunos com NEE e oferecer uma pedagogia adequada para as suas necessidades, dificuldades e problemas de aprendizagem, buscando uma escola inclusiva, que não diz respeito apenas a crianças deficientes, mas também crianças segregadas”, pois se observarmos, a Declaração de Salamanca utiliza o Termo “Necessidades Educativas Especiais” referindo-se a todas as crianças que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Em 1948 também entrou em vigor a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento este que trata sobre a igualdade de direitos e impulsionou o desenvolvimento de políticas de atendimentos as pessoas com deficiência, pois para Zanella (2014) foi a partir daí que se iniciou a fundamentação de normativas em defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

O percurso histórico nos mostra a evolução lenta com relação à compreensão da pessoa com deficiência na sociedade e a necessidade de incluí-las. Mundialmente diversas iniciativas e normativas foram criadas e certamente influenciaram e impulsionaram a garantia de direitos a este público.

Sasaki (1997) expôs que o movimento de inclusão social iniciou na segunda metade dos anos 80 nos países mais desenvolvidos e nos anos 90 nos países em desenvolvimento, no entanto, para ele a inclusão social vai se desenvolver fortemente apenas nos primeiros 10 anos do século XXI.

O referido autor ressaltou ainda que este movimento de inclusão social tem como objetivo a construção de uma sociedade para todas as pessoas, sob a inspiração de princípios novos, dentre os quais ele destaca:

- celebração das diferenças,
- direito de pertencer,
- valorização da diversidade humana,
- solidariedade humanitária,
- igual importância das minorias,
- cidadania com qualidade de vida (Sasaki, 1997, p. 17).

No entanto, atualmente ainda estamos inseridos no processo para alcançarmos a inclusão, que ainda não é efetivada em sua plenitude.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

ii. Trajetória histórica da educação especial em Portugal.

De acordo com Borges (2011) a história da educação especial em Portugal teve início no século XIX, com a vertente social e a educacional. Em 1822 ocorreu a criação da primeira instituição para surdos e cegos, que posteriormente foi agregada a Casa Pia de Lisboa. Ainda com relação à educação de surdos, em 1913, houve o primeiro curso para professores e em 1916 foi criado o Instituto Aurélio da Costa Ferreira.

(...) Seguiram-se a criação de respostas a nível da surdez e da cegueira. O provedor da Casa Pia, Jaime da Costa Pinto, desenvolveu uma acção pedagógica admirável no estabelecimento casapiano, enviando inclusive dois professores para Paris para aprenderem como actuar junto destas crianças e jovens. Em 1913, um outro pedagogo e provedor, António Aurélio da Costa Ferreira, deu um novo impulso à educação de surdos, organizando o primeiro curso de especialização de professores. Em 1916, funda um instituto que passaria a ter o seu nome – Instituto Aurélio da Costa Ferreira – e que tinha como objectivo a observação de alunos da Casa Pia que apresentavam também deficiência mental e problemas de linguagem (Borges, 2011, pp. 10-11).

A criação desta instituição foi de grande relevância para a história da educação especial, a mesma ficou fechada durante anos e retornou seus serviços apenas em 1945. Com isso, foi instituído o Decreto-Lei n.º 35.401/1945, dando novas atribuições, onde a instituição passou a ter um dispensário de higiene mental infantil, com o intuito de observação e orientação pedagógica das pessoas com deficiências mentais, bem como, a formação de técnicos e docentes, além da investigação nas áreas médico-pedagógica e psicossociais, de acordo com Borges (2011).

Borges (2011) cita ainda que em 1929 foi criada a Repartição Pedagógica de Instrução Primária e Normal, que tinha como finalidade a organização das classes especiais, que foram criadas neste mesmo ano, em Lisboa. No ano letivo 1929/1930 foi assinado um despacho, pelo Ministro Eduardo Costa Ferreira, autorizando a Repartição Pedagógica de Instrução Primária e Normal a criar classes. Em 1930 são criadas, em outras escolas de Lisboa, mais classes especiais. Neste período o Instituto Navarro de Paiva passa a assumir a função de integrar e educar crianças ditas anormais e delinquentes apresentadas aos Tribunais de Menores. Em fevereiro de 1930, foram

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

instaladas nas escolas primárias de Lisboa classes especiais para “retardados”, atendendo em média 300 crianças.

Em 1941, houve um impulso significativo no que diz respeito à educação de alunos com deficiência, pois Rodrigues (2011) descreve que neste momento foi criado um curso específico para professores de educação especial e também foram criadas, em algumas escolas, “classes especiais” que recebiam alunos com diversas deficiências e dificuldades escolares.

Também foram constatados mais avanços, conforme segue:

A partir de 1942, e em colaboração com o Instituto Aurélio da Costa Ferreira, deu-se um impulso na educação de deficientes mentais e deficientes motores, com a reorganização de antigos estabelecimentos tais como o Instituto Adolfo Coelho, que ficou ligado à Casa Pia, e o Instituto Condessa de Rilvas. O Decreto-Lei n.º 35/801, de 13 de agosto de 1946, define a criação de classes especiais, junto das escolas primárias, cabendo ao Instituto Aurélio da Costa Ferreira, já na alçada do Ministério da Educação, a responsabilização e orientação pelo seu funcionamento (Borges, 2011, p. 10).

Segundo Rodrigues (2011), nos anos 50 e 60, surgiram associações que tinham como intuito oferecer atendimento escolar para diferentes tipos de deficiência. Borges (2011) menciona que as instituições mais significativas criadas por grupos de pais neste período foram: Centro Infantil Hellen Keller (1955); Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (1960); Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Mongolóides (1962); mais tarde foi criada a Associação Portuguesa de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais; Instituto Aurélio da Costa (1963); o Instituto de Assistência a Menores cria os Serviços de Educação de Deficientes (1964); Centro de Paralisia Cerebral (1970) e Associação Portuguesa para Protecção de Crianças Autistas (1971).

Um ponto importante de renovação para Portugal foi a Revolução dos Cravos em 1974, que deu fim à Guerra Colonial e ao regime de ditadura que o país vivia, a partir daí ocorreram profundas mudanças sociais e influenciaram na educação como um todo e conseqüentemente na educação especial. Com isso, passou a se ter um trabalho mais amplo para integrar os alunos com deficiência nas escolas regulares, surgiram às

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

equipes de educação especial, formadas por professores que apoiavam a matrícula e o atendimento de todos os alunos na escola regular, segundo Rodrigues (2016).

A partir de 1974 também surgiram diversas cooperativas de ensino, fruto da parceria entre pais e técnicos, onde buscavam oferecer cuidados médicos, atendimento especializado e escolarização. Este movimento, conhecido como cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas (CERCI), chegou a ter cerca de cem instituições no país todo, segundo Rodrigues (2011).

Para Afonso e Afonso (2005), nos anos 60 e 80 é consagrado na Europa, em Lei, o princípio da integração, que garante a todas as crianças o direito de frequentar a escola regular, beneficiando-se de todas as modificações curriculares e organizacionais necessárias.

Nos anos 70 era forte o movimento de criação de instituições, inclusive privadas, como veremos a seguir:

(...) Em meados dos anos 70, existiam em Portugal cerca de 200 instituições para deficientes: 74 de iniciativa privada e 124 de iniciativa estatal. No conjunto, estavam concentradas em Lisboa e no Porto, com cerca de 40 tipos de estabelecimentos, e no Litoral com uma variação entre 8 e 20 estabelecimentos, o que contrastava com o interior, com menos de 8 ofertas institucionais. Observa-se, ainda, que as ofertas configuravam rupturas, ora pelo surgimento de novos protagonistas – os pais –, ora pelo alargamento da rede relativamente aos anos anteriores (Afonso e Afonso, 2005, p. 264).

Afonso e Afonso (2005) mencionam que século XX, nos anos 70 e 80, surgiram três dispositivos jurídicos importantíssimos, são eles: Constituição da República Portuguesa, em 1976; Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986 e Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, em 1989.

No ano de 1991, é instituída uma lei (Decreto-Lei n.º 319) que organiza o atendimento às Necessidades Educativas Especiais, que significa um grande avanço, pois consagra a possibilidade de existirem diferentes currículos e indica a escola comum como a forma mais adequada para a educação de todos, segundo Rodrigues (2016).

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Rodrigues (2016) ressalta ainda que, em 2006, criam-se quadros específicos nas escolas para professores de educação especial e no ano de 2008 é fundada a Associação Nacional de Docentes de Educação Especial (Pró-Inclusão) e é instituída a legislação que organiza os apoios educativos para a inclusão de alunos com NEE. Como consequência deste esforço, Portugal se tornou um dos países com as mais elevadas percentagens de pessoas com NEE em escolas comuns, com uma taxa de 98% em média.

Rodrigues (2011) descreve que em 2008 foi publicado o Decreto-Lei n.º 03/2008, que revogou o Decreto-Lei n.º 319/1991. O mesmo abrangeu diversos aspectos para o fortalecimento na qualidade da oferta da educação especial. Segue a descrição de alguns dos aspectos mais relevantes, mencionados pelo referido autor: com a nova lei a Classificação Internacional de Funcionalidades passa a ter mais importância. Além disso, esta lei:

- Alarga o âmbito da Educação Especial ao ensino particular, cooperativo e pré-escolar, para além do ensino básico e secundário, já anteriormente contemplados.
- Refere à necessidade de normalização dos instrumentos de certificação de estudos, contendo as medidas aplicadas ao aluno, esclarecendo dúvidas da legislação anterior.
- Define o papel dos encarregados de educação, reforçando a sua participação e poder de decisão no referenciamento, avaliação e planificação.
- Refere à necessidade dos Projetos Educativos dos Agrupamentos referirem os aspectos organizacionais do apoio a estas crianças, bem como responsabiliza e reforça o Conselho Pedagógico na aprovação dos PEI e Grupo Disciplinar de Educação Especial e Serviços de Psicologia, pelos aspectos de avaliação e referenciação dos alunos (Rodrigues, 2011, p. 9).

Em 2018 foi criado o Decreto-Lei n.º 54, que estabeleceu o Regime Jurídico da Educação inclusiva e instituiu os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos os alunos.

É evidente que Portugal tem trilhado estratégias e ações bem sucedidas na educação o que tem alavancado seus índices e ganhado destaque a nível mundial, mas ainda há muito trabalho a ser feito para manter o que já foi conquistado e superar as

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

dificuldades ainda encontradas, em prol da inclusão social e escolar de pessoas com NEE.

iii. Trajetória histórica da educação especial no Brasil.

Com relação à evolução da educação especial no Brasil, Capellini e Mendes (2001) citam uma importante fase que abrangeu o período de 1854 a 1956, onde houve iniciativas isoladas, oficiais e particulares. Neste período ocorreu um marco histórico da educação especial no Brasil com a criação das seguintes instituições: Instituto dos Meninos Cegos, atualmente batizado como Instituto Benjamin Constant e Instituto de Surdos e Mudos, conhecido hoje como Instituto Nacional de Educação de Surdo (INES). Estes foram criados na cidade do Rio de Janeiro por meio do Governo Imperial.

Para a época foi um avanço, mas ainda assim era uma medida precária e atendia a uma pequena parcela das pessoas com deficiência, apenas surdos e mudos, e uma quantidade mínima, pois segundo Jannuzzi (*cit. in* Miranda, 2003) em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, no país eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos.

Assim, a Educação Especial se caracterizou por ações isoladas e o atendimento se referiu mais as deficiências visuais, auditivas e, em menor quantidade, as deficiências físicas. Podemos dizer que em relação à deficiência mental houve um silêncio quase absoluto (Miranda, 2003, p. 3).

Ainda de acordo com Miranda (2003) foi criada em 1945 a Sociedade Pestalozzi do Brasil, sendo que em 1967 já contava com 16 unidades em todo o país. Outra instituição importante foi a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em 1954, que em 1962 também já contava com 16 instituições. Nessa época foi criada a Federação Nacional das APAE que realizou o primeiro congresso em 1963. Neste período ocorreu uma grande expansão das instituições filantrópicas, onde o Estado se isentou da responsabilidade da oferta de serviços públicos para os deficientes na rede pública de ensino.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Capellini e Mendes (2001) mencionam que foi de 1957 a 1993, que houve iniciativas oficiais a nível nacional. Apenas em 1957 o Governo Federal assumiu explicitamente o atendimento educacional às pessoas com deficiência, por meio de campanhas voltadas para este fim.

Miranda (2003) descreve que as primeiras campanhas também foram destinadas a uma parcela das pessoas com deficiência. A primeira foi a “Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro”, em 1957. Na sequência foi criada a “Campanha Nacional da Educação e Reabilitação do Deficiente da Visão”. Neste período ocorreu um aumento no número de escolas de ensino especial, já que em 1969 já existiam mais de 800 estabelecimentos de ensino especial para deficientes mentais.

Para Capellini e Mendes (2001), nos anos 60 e 70 houve pequenas modificações no atendimento educacional de alunos com deficiência, resultante das lutas e, principalmente, em razão do processo de democratização da Educação. Aos poucos, por meio das Organizações Não Governamentais (ONG) a questão da deficiência foi se desvinculando do âmbito da saúde para o âmbito da Educação.

Capellini e Mendes (2001) citam ainda outro momento importante na história. No ano de 1990 o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação Especial para todos, na cidade de Jomtiem, na Tailândia.

Miranda (2003) descreve que mundialmente, houve um maior impulso com relação à integração social nos anos 80, consequência dos movimentos de luta. No Brasil também foi uma época marcada por lutas sociais, no entanto havia mais intenção do que ação, mas sem dúvida esses movimentos foram de fundamental importância.

Neste contexto foram criadas diversas normativas legais para amparar e garantir direitos a pessoa com deficiência com relação à educação, sendo que a principal foi a Constituição Federal Brasileira de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, que em seu artigo 208, III, estabelece atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Em 1990 foi criada a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) onde expõe no artigo 3º que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (1990).

E ressalta ainda no Parágrafo Único, que todos os direitos descritos nesta Lei Federal aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, idade, sexo, situação familiar, cor, raça ou etnia, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

O ECA (1990) também responsabiliza a família, o Estado e a sociedade a assegurar todos esses direitos.

Em 1996 foi criada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9.394/96, onde a Educação Especial é tratada no capítulo V, da seguinte forma:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta lei.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

- I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (1996).

Outra legislação importante é a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência, mais conhecida como “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, Lei n.º 13.146 criada em 06 de julho de 2015, que garante direitos às pessoas com deficiência em diversas áreas, inclusive, possui um capítulo específico direcionado à Educação. No capítulo IV, artigo 27, diz:

A Educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (2015).

A referida lei ainda estabelece que seja dever do Estado, família, comunidade escolar e sociedade assegurar as pessoas com deficiência uma educação de qualidade, colocando-o a salvo de diversas formas de violência, discriminação e negligência. Responsabilizando assim todas as peças importantes neste processo, inclusive a família.

O Plano Nacional de Educação (PNE), em seu artigo 58, também prevê que:

A educação especial é uma modalidade que perpassa os níveis, etapas e modalidades da educação brasileira e atende a educandos com deficiência, transtornos globais do

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O atendimento educacional especializado foi instituído pela Constituição Federal de 1988, no inciso III do art. 208, e definido pelo art. 2º do Decreto n.º 7.611/2011. Segundo o disposto na LDB (Lei nº 9.394/1996), a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, havendo, quando necessário, serviços de apoio especializado (MEC, 2014, p. 24).

Atualmente o Brasil possui essas normativas que garantem diversos direitos, mas a literatura nos mostra que a grande dificuldade é conseguir de facto incluir os alunos com NEE na educação regular. O PNE demonstra essa fragilidade, embora se tenha conseguido avanços nos últimos anos:

Destaca-se também o esforço conjunto de sistemas e redes de ensino em garantir o pleno acesso à educação a todos os alunos atendidos pela educação especial, conforme evidenciam as matrículas nas redes públicas. Os resultados do Censo Escolar da Educação Básica de 2013 indicam que, do total de matrículas daquele ano (843.342), 78,8% concentravam-se nas classes comuns, enquanto, em 2007, esse percentual era de 62,7%. Também foi registrado, em 2013, que 94% do total de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns do ensino regular se concentraram na rede pública (MEC, 2014, p.24).

A meta 4 do referido Plano também prevê universalizar, para crianças e adolescentes com deficiência quatro a dezessete anos, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo um sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, escolas ou serviços especializados, conveniados ou públicos.

Para Sasaki (1997) a sociedade atravessou diversas fases no que tange as práticas sociais, passando pela exclusão social em razão das condições atípicas do restante da sociedade, atendimento segregado em instituições, a prática da integração social e por fim, a filosofia da inclusão social. Para ele, essas fases não ocorreram ao mesmo tempo e em todos os segmentos da população. Hoje ainda identificamos a

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

exclusão e segregação em várias partes do Brasil, assim como em outros países, mas é perceptível ações de integração² dando lugar, gradativamente, à inclusão³.

Miranda (2003), ressalta que ao revisitarmos a história da educação especial até a década de 90, é possível identificar conquistas com relação à educação das pessoas com deficiência mental. Considera que não é pouco ir de uma quase completa inexistência de atendimento à proposição e efetivação de políticas de integração social. Houve muitos avanços e também retrocessos de conquistas questionáveis e preconceitos cientificamente legitimados, contudo foi nesta época também que se iniciaram as discussões em torno do modelo de inclusão escolar, sendo que esse novo paradigma aparece como uma reação contrária à integração.

Historicamente, estamos vivenciando um momento ímpar, pois nunca se viu tantos momentos criativos, discussões, planos, programas, mobilizações sociais e discussões, em um curto espaço de tempo, sendo tudo isso positivo, pois trouxe avanços e conquistas sociais, educacionais, econômicas, psicológicas e políticas às pessoas com deficiência, referem Capellini e Mendes (2001). No entanto, ainda estamos distantes do ideal, no que diz respeito à inclusão plena e da Educação para todos “com qualidade”.

Apesar do avanço legal e dos serviços e programas, muito deve ser feito para que a inclusão seja efetivada, que os direitos garantidos por tantas legislações saiam do papel e seja de facto praticado, sendo necessária uma transformação estrutural no sistema educacional do Brasil.

² Integração Social, segundo Sasaki (1997) é a integração social que consiste no esforço de inserir as pessoas com deficiência na sociedade, desde que alcancem um nível de competência compatível com os padrões estabelecidos pela sociedade, não satisfazendo assim os direitos deste público, já que a integração pouco ao nada exige da sociedade com relação à mudança de atitudes, espaço físico, objetos e práticas sociais.

³ A Inclusão Social, segundo Sasaki (1997) é o processo pelo qual a sociedade se adapta a fim de incluir pessoas com deficiência e estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. É um processo bilateral, onde pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas e equiparar oportunidade para todos.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

iv. Comparativo da evolução da educação especial entre Brasil e Portugal.

Podemos dizer que os dois países sofreram fortes influências dos movimentos mundiais, legislações e da sociedade no que tange a educação especial e a inclusão de alunos com NEE na sala de aula regular.

Vimos que o Brasil começou a pensar em educação especial de forma mais incisiva no século XIX, assim como Portugal.

O Brasil iniciou este processo de forma tardia, quando muitos países do mundo e inclusive da Europa já estavam tratando desta questão. Portugal, por sua vez, embora tenha iniciado este processo algum tempo depois, se comparado aos demais países Europeus, teve suas primeiras ações realizadas no início do século XIX, por volta de 1822, com a criação da primeira instituição para surdos e cegos. Já no Brasil, as primeiras instituições surgiram na metade do século, por volta dos anos de 1854 a 1956, como já vimos anteriormente.

A vinculação de Portugal à União Europeia foi um facto positivo para o avanço da qualidade da educação especial no país:

A entrada de Portugal na actual União Europeia, em 1986, a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo em 14 de outubro de 1986, o DL 3/87, de 3 de janeiro, que estabeleceu a regionalização dos serviços do Ministério da Educação, e a Reforma do Sistema Educativo, foram acontecimentos particularmente relevantes para a educação especial. A entrada para a então Comunidade Económica Europeia traduziu-se em apoios técnicos e financeiros. A Lei de Bases do Sistema Educativo consagrou a educação especial como uma modalidade de educação. O DL 3/87, de 3 de janeiro, regionalizou os serviços do Ministério da Educação, criando Direcções Regionais de Educação, que ficaram, entre outras incumbências, com as estruturas de educação especial a seu cargo (Silva, 2009, pp. 141-142).

Muitas legislações foram instituídas nos dois países, que atualmente amparam a educação especial, no entanto Portugal possui um lugar de destaque no cenário mundial

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

com relação ao sucesso na implantação da educação especial, embora tenha iniciado este processo tardiamente.

Antes de mais cabe referir que existem, há cerca de 35 anos em Portugal, políticas que se direcionam para a integração e inclusão de alunos com dificuldades na escola regular. Mais ou menos apoiadas, mais ou menos decididas, estas políticas permitiram que se possa afirmar hoje que Portugal conseguiu resultados muito encorajadores sob o ponto de vista da inclusão de alunos com NEE na escola Regular. Cabe comentar a este nível, que este aspecto tem representado um assinalável esforço financeiro dado que Portugal é dos países com um valor menor de rendimento *per-capita* da União Europeia (Rodrigues, 2011, p. 17).

Já o Brasil, ainda encontra dificuldades em incluir os alunos no ensino regular e oferecer estrutura, física, técnica, profissional e de recursos materiais para efetivar a inclusão.

Zanella (2014) faz uma crítica com relação a isso e cita que com o fim da ditadura militar surgiram novas iniciativas na educação especial no Brasil e que com a nova Constituição Federal de 1988 a educação passou a ser um direito social, sendo que no seu artigo 208, III, se refere ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na educação regular, no entanto, “preferencialmente” ainda não insere todos os alunos com NEE na rede regular de ensino, deixando margem para a atuação da iniciativa privada.

Sobre o Brasil, Miranda (2003) descreve que a literatura evidencia também que os alunos com necessidades especiais, inseridos nas salas regulares, vivenciam uma experiência escolar precária, ficando a maior parte das vezes, a margem dos acontecimentos e das atividades de classe, pois muito pouco de especial é realizado para atender as características de cada indivíduo e suas diferenças.

Rodrigues (2011) retratou que no ano de 2011, existiam em Portugal 31.776 alunos com Necessidades Educativas Especiais e estavam matriculados em escolas especiais apenas 2.382. Este índice colocou Portugal entre os países europeus com maior taxa de inclusão escolar de alunos com NEE.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

No Brasil, segundo o Plano Nacional de Educação (2014) em 2013 apenas 78,8% concentrava-se nas classes comuns, como já visto anteriormente, no entanto, com o passar dos anos, houve um avanço na inclusão de crianças e adolescentes no ensino regular, pois o Censo Escolar (2018) aponta que o número de matrículas da educação especial chegou a 1,2 milhão em 2018, resultando em um aumento de 33,2% se comparado a 2014, e justifica que esse aumento ocorreu em razão das matrículas de ensino médio, que dobraram. Considerando apenas os alunos de quatro a dezessete anos da educação especial, foi identificado também que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classe comum aumentou gradativamente, de 87,1% em 2014 para 92,1% em 2018.

Outro facto que difere a educação especial entre os dois países é que infelizmente a formação dos professores no Brasil ainda não os prepara para a atuação com alunos com NEE, neste sentido Capellini e Mendes (2001) ressaltam que já se observa a iniciativa de reformulações curriculares no ensino superior, no sentido de garantir acesso a esse tema nos cursos de pedagogia, mas ainda estamos longe de isso ser efetivado em todos os cursos de licenciatura, conforme recomendação do Ministério da Educação (MEC) brasileiro.

Santos (2016) também trata sobre o assunto e diz que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) já menciona que para trabalhar na educação básica os professores devem ser formados em cursos superiores de licenciatura e que os cursos de pedagogia e licenciaturas devem conter na grade curricular as disciplinas de Língua Brasileira de Sinais e Educação Inclusiva, com o intuito de preparar os profissionais para lidar com as especificidades de cada aluno e a diversidade. Porém, a inclusão dessas disciplinas na formação dos professores ainda é considerada insuficiente, apesar de ser um avanço. Para atuar na educação especial em sala de recursos multifuncionais e centros de Atendimento Educacionais Especializados (AEE) os professores precisam de uma especialização por meio de uma pós-graduação. No entanto esses cursos estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, e nem sempre são acessíveis em todo o país.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

A necessidade desta especialização também está estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Básica (CEB) no artigo 12, da Resolução n.º4, de 2 de outubro de 2009: “Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (CNE/CEB, 2009).

Em Portugal os primeiros lugares para os professores de Educação Especial foram criados em 1942. No entanto em 2005, apenas 40% dos professores que desenvolviam as funções relacionadas à educação especial, tinham formação específica na área. Foi necessário aguardar até 2006, para que fossem criados quadros permanentes a nível nacional, por meio do Decreto-Lei n.º 20/2006 que instituiu o grupo de educação especial. A partir daí os professores passaram a ter um quadro próprio. A formação dos professores de educação especial é definida em termos de deficiência com cursos de especialização específicos, de acordo com Rodrigues (2011).

Apesar da posição privilegiada de Portugal com relação ao sucesso da educação especial, que sofreu forte influência europeia, e a ideologia de inclusão ser um traço central na educação especial, sua concretização ainda não é uma realidade, de acordo com Fernandes (2013).

O facto é que Brasil e Portugal percorreram um longo caminho para a inclusão das pessoas com NEE nas escolas regulares, no entanto o maior desafio é preparar as escolas e os profissionais para a efetivação da inclusão.

Neste sentido, Fernandes relata que:

(...) a procura de consolidação, no sistema educacional português, de uma escola inclusiva promotora de igualdade de oportunidades de sucesso para todos precisa de ser acompanhada de condições estruturais, de recursos técnicos e pedagógicos e de valências formativas que a todos abranjam, tendo em conta o desenvolvimento máximo das competências de cada um (2013, p. 209).

Sobre a educação especial brasileira, Miranda (2003), também trata sobre os desafios para a consolidação da educação especial:

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

As questões teóricas do processo de inclusão têm sido amplamente discutidas por estudiosos e pesquisadores da área de Educação Especial, no entanto pouco se tem feito no sentido da sua aplicação prática. O como incluir tem se constituído a maior preocupação de pais, professores e estudiosos, considerando que a inclusão só se efetivará se ocorrerem transformações estruturais no sistema educacional (Miranda, 2003, p. 7).

É importante reconhecermos os avanços ao longo da história, mas por outro lado, também é necessário ter um senso crítico e perceber as falhas e as dificuldades encontradas para a efetivação da inclusão escolar de alunos com NEE no ensino regular. Independente do grau de inclusão que cada país tenha conquistado, sempre há o que melhorar, afinal não é aceitável a estagnação ou o retrocesso, visto que ainda temos muito que caminhar.

2. Escolas, pais e alunos com NEE.

i. Conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE).

O termo Necessidades Educativas Especiais é abrangente, pois não se refere apenas as crianças com deficiência, e sim as que possuem algum tipo de dificuldade de aprendizagem, o foco é uma educação para todos, respeitando as diferenças e características individuais, oferecendo uma pedagogia adequada aos problemas de aprendizagem. Neste sentido, a Declaração de Salamanca menciona NEE, conforme segue:

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto,

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização (1994).

Segundo Correia e Cabral (*cit. in* Serrano 2007) o conceito de “deficiência” foi substituído pelo conceito de NEE, alterando assim, a ideia que temos de NEE de um enfoque de déficit para o enfoque educacional. O conceito de NEE reflete a premissa da filosofia de integração e apela à igualdade de direitos e a não discriminação com base na raça, religião, características físicas e intelectuais de todas as crianças e adolescentes no sistema educativo.

O MEC brasileiro, por meio do Parecer nº 17/2001, do CNE e CEB, também menciona a expressão “Necessidades Educacionais Especiais”:

Hoje, com a adoção do conceito de necessidades educacionais especiais afirma-se o compromisso com uma nova abordagem, que tem como horizonte a inclusão.

Dentro dessa visão, a ação da educação especial amplia-se, passando a abranger não apenas as dificuldades de aprendizagem relacionadas a condições, disfunções, limitações e deficiências, mas também aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica, considerando que, por dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento, alunos são frequentemente negligenciados ou mesmo excluídos dos apoios escolares (2001).

Desta forma, Almeida (2012) coloca que a mudança da nomenclatura para NEE é uma nova forma de compreender a deficiência sob a perspectiva educacional. Esta mudança pode ser encontrada sob o ponto de vista educacional, o que ocasionou mudanças em vários aspectos, como por exemplo, na formação de professores, no currículo, nos métodos de ensino e nas atuações e responsabilidades nas administrações educacionais. Trouxe também um novo conceito, a ênfase situa-se na escola, na resposta educacional.

ii. Conceito de Família.

O tema Família é abundantemente discutido na literatura, devido a sua grande relevância, com isso existem diversos conceitos com relação a este núcleo tão importante, desta forma, iremos destacar alguns.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Melchiori, et al. (2014) descreve que quando falamos em família, é natural pensarmos em uma estrutura formada por mãe, pai e filhos, e no papel que cada um desempenha, sendo que geralmente se atribui a figura da mãe a responsabilidade pelos cuidados com a casa, podendo trabalhar fora, mas cumprindo seu papel dentro do lar, ao pai a responsabilidade de trabalhar fora para prover as necessidades da família, e aos filhos, crianças sempre sorridentes e obedientes. Sendo assim, uma família considerada feliz e bem constituída.

No entanto o conceito sobre família vem sofrendo grande modificação justamente porque o núcleo familiar e sua composição também têm alterado. Serrano (2007) menciona que a família já não é a tradicional, composta por pai, mãe e filhos. Existem outras diversas estruturas familiares, como pais solteiros, avós, netos, famílias compostas, entre outros.

Simões (2014) descreve que as transformações da família aconteceram também no que diz respeito aos valores e representações simbólicas. Adveio maior tolerância da sociedade com os filhos nascidos fora do casamento, uniões informais, relativa aceitação do divórcio, a inserção da mulher no mercado de trabalho e sua proteção contra a violência doméstica, a flexibilidade dos papéis dos membros da família e da autoridade do antigo chefe de família, novos valores com relação à educação dos filhos e a consciência da identidade específica dos mesmos.

Almeida, também descreve sobre essa modificação do conceito “família”:

O conceito de família está em constante mutação. Atualmente, podemos considerar que não é muito correto falar em família, visto que, existe uma diversidade de famílias. Hoje em dia, as famílias são muito diferentes da imagem que nós tínhamos de uma família tradicional. As mulheres trabalham fora de casa, os casamentos terminam em divórcio. (...) Existem, cada vez mais, famílias monoparentais, pluriparentais e reconstruídas. Em paralelo, verifica-se uma redução considerável do número de filhos por casal. Assim, o novo conceito de família engloba não só as situações de paternidade biológica, mas também as situações familiares não convencionais (2012, p. 40).

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

De acordo com Serrano (2007) com o fim da Segunda Guerra Mundial, houve mudanças na estrutura familiar no contexto rural para o urbano, e as exigências econômicas resultaram na necessidade da integração das mulheres no mercado de trabalho. Embora já estivesse em percurso a maioria dessas mudanças, o fim da guerra foi um catalizador, pois ela levou muitos homens para as batalhas fazendo com que as mulheres assumissem o papel de responsáveis pelo lar passando a trabalhar fora, deixando seus filhos aos cuidados de outras pessoas.

A Constituição Federal Brasileira (1988), em seu artigo 226, descreve que a família é base da sociedade e tem proteção especial do Estado; no §3º diz que é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento; já em seu §4º menciona que se entende, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendente. Além disso, a lei garante os direitos e deveres sejam exercidos igualmente pelos homens e mulheres.

A Lei n.º 8.069/90 avançou um pouco o conceito e passou a considerar três tipos de famílias, sendo a natural: composta pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes; extensa ou ampliada: àquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade e a família substituta: que far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente.

Apesar do ECA já considerar também a família extensa e substituta, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) por meio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), abrange mais o olhar para com o conceito de família e a entende como um núcleo afetivo, não considerando apenas os vínculos consanguíneos, mas o vínculo de afetividade, e descreve família da seguinte forma:

- a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social;

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

- a defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero;
- a família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência;
- o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social, na própria família, não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade (2004, p. 90).

Parolin (2010) entende por família um núcleo ímpar, que cria sua cultura própria, leis, mitos, regras e crenças particulares. Os membros da família, além de compartilharem dos mesmos ideais e comportamentos, tem suas próprias emoções e suas diferentes significações do cotidiano doméstico. Ressalta que a família deve constituir um núcleo duradouro e que aceite mudanças, o núcleo familiar deve ser efetivo e funcional, além disso, é esperado que cada um cuide de si e do outro, percebendo o outro como um ser inteiro e dotado de inteligência e desejos próprios. A família deve promover o pertencimento, mas que também permita individualização.

Simões, também se refere sobre família, conforme segue:

A família constitui a instância básica, no qual o sentimento de pertencimento e identidade social é desenvolvido e mantido e, também, são transmitidos os valores e condutas pessoais. Apresenta certa pluralidade de relações interpessoais e diversidades culturais, que devem ser reconhecidas e respeitadas, em uma rede de vínculos comunitários, segundo o grupo social em que está inserida (2014, p. 191).

Neste mesmo sentido Picanço diz que:

O primeiro contexto ambiental que o indivíduo conhece e com o qual interage é a sua família. A organização familiar é feita tendo em conta um conjunto de valores sociais e culturais, transmitidos por gerações anteriores que influenciam as relações interpessoais e as competências individuais. (2012, p. 40).

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

A família pode ser vista como uma “teia”, onde os membros desta, se inter-relacionam, assumindo funções diferentes, que por sua vez promovem o desenvolvimento de reajustes permanente de cada um dos entes, e da família como um todo. Com a chegada de uma criança, todas as relações são alteradas para responder as suas necessidades, gerando um desenvolvimento equilibrado da família, de acordo com Ventura (2014).

Chacon (2011) concorda que a família, historicamente, é uma instituição que tem sofrido modificações na sua estrutura, com a mudança de papéis com relação ao provimento econômico e afetivo.

Sobre a constatação dessa diversidade, Melchiori et al. (2014) descreve que as mudanças das famílias nos preparam para o que pode existir no cotidiano escolar, no que diz respeito à organização familiar, pois esta diversidade também está presente nos livros, em notícias, nas narrativas dos alunos, e que chegam de alguma forma no contexto escolar. Entretanto, o que importa é o papel da família no desenvolvimento dos seus filhos.

Independente da composição familiar, a grande arte é manter-se família, promovendo o desenvolvimento e as mudanças, e ainda sim permanecer sendo uma família. (Parolin, 2010).

iii. A importância da Família.

É perceptível que a família desempenha uma função social importantíssima na vida de todo o ser humano, mas afinal, por que a família tem esse grande valor? Quais suas contribuições para as crianças?

Como já dito anteriormente, a família possui este status em razão de ser o primeiro grupo social em que a criança é inserida e receberá os primeiros estímulos e vivenciará as primeiras experiências da vida. É neste ambiente que acontecerão as primeiras relações de afetividade. Lazzaretti e Freitas expõe exatamente esse ponto de vista:

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

A família é o primeiro e mais importante agente socializador para o desenvolvimento da criança, é neste contexto que a criança cresce, expõe seus sentimentos, experimenta as primeiras recompensas e punições e é através da família que ocorre a inserção do sujeito na sociedade (2016, p. 3).

Cabe ressaltar que a instituição familiar também tem a função de cuidar, proteger e dar condições para o desenvolvimento de suas crianças e adolescentes, ainda que com o auxílio do Poder Público, comunidade e rede apoio, seja ela formal ou informal⁴, pois o Estado e a sociedade também têm suas obrigações, conforme previsto na Constituição Federal Brasileira, artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (1988).

O Decreto-Lei n.º 54/2018 de Portugal, também prevê a participação dos pais ou encarregados de educação, conforme segue:

1 - Os pais ou encarregados de educação, no âmbito do exercício dos poderes e deveres que lhes foram conferidos nos termos da Constituição e da lei, têm o direito e o dever de participar e cooperar ativamente em tudo o que se relacione com a educação do seu filho ou educando, bem como a aceder a toda a informação constante no processo individual do aluno, designadamente no que diz respeito às medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.

2 - Nos termos do disposto no número anterior, os pais ou encarregados de educação têm direito a:

- a) Participar nas reuniões da equipa multidisciplinar;
- b) Participar na elaboração e na avaliação do programa educativo individual;
- c) Solicitar a revisão do programa educativo individual;
- d) Consultar o processo individual do seu filho ou educando;

⁴ Serrano (2007) explica sobre a diferença de rede de apoio formal e informal.

A rede de apoio social formal engloba instituições e profissionais, como por exemplo: educadores, médicos, assistentes sociais, terapeutas, entre outros.

A rede de apoio social informal são os membros da família alargada (extensa), amigos, vizinhos e grupos sociais. Ambos prestam apoio para a criança e a família.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

e) Ter acesso à informação adequada e clara relativa ao seu filho ou educando (Decreto-Lei n.º 54/2018, artigo 4º).

As referidas leis demonstram a importância da família no processo educacional de seus filhos/tutelados. Esses são apenas alguns exemplos, pois diversas legislações já preveem também essas responsabilidades e direitos, mencionando a família como parte integrante e importante na vida de suas crianças e adolescentes.

A parentalidade é compreendida como a capacidade de cuidar, educar, proteger e promover sua integração no meio social, os pais e as crianças criam relações de afeto e vinculação, que darão confiança e segurança à criança e influenciarão na sua personalidade, conforme descrito por Ventura (2014).

A família também desenvolve forte influência nas crianças, além de processos interativos e inter-relacionais, Junior e Messa (2007) cita que as influências são recíprocas, pois são uma interação de factores internos e do ambiente, assim sendo, é necessário entender que o sujeito interage sobre o ambiente e o ambiente sobre o sujeito, ficando nítido que as relações afetam os indivíduos, principalmente dentro do grupo social, que se trata de uma formação social com intenso significado.

Do mesmo modo em que existe toda essa influência familiar, existe a individualidade e as especificidades de cada indivíduo que devem ser consideradas e respeitadas. Parolin (2010) refere que ao mesmo tempo em que a criança sabe que faz parte da família, por ter o mesmo sobrenome, ideologia, costumes, ela se individualiza, por perceber-se diferente da mãe, do pai, dos avós e dos irmãos, em algumas questões que a caracterizam. Pensar em família é pensar em um grupo com sua própria organização típica, valores, normas, e que enquanto compartilham diversas coisas, factos, emoções, dando apoio umas às outras, também lutam por serem diferentes e por serem reconhecidas como únicas.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

iv. Normativas para a participação da família na educação escolar.

A instituição familiar é tão importante no processo educacional de suas crianças e adolescentes que já foi reconhecido esse direito e essa importância em diversas bibliografias e normativas.

Uma das mais relevantes, que influenciou a criação e reformulação de normativas em diversos países do mundo, foi a Declaração de Salamanca, que congrega e demanda que todos os governos, dentre outras ações:

Encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais (1994).

A Declaração de Salamanca (1994), também se refere sobre a família em outros momentos, como por exemplo, quando diz que “(...) Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças”. Este documento também trata sobre a Administração da Escola, quando descreve que “(...) Pais e voluntários deveriam ser convidados assumir participação ativa no trabalho da escola (...)”.

No item relacionado às perspectivas comunitárias: parceria com pais, a Declaração de Salamanca deixa claro a importância dos familiares no processo educacional dos alunos, um dos trechos mais relevantes diz que:

A educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Uma atitude positiva da parte dos pais favorece a integração escolar e social. Pais necessitam de apoio para que possam assumir seus papéis de pais de uma criança com necessidades especiais. O papel das famílias e dos pais deveria ser aprimorado através da provisão de informação necessária em linguagem clara e simples; ou enfoque na urgência de informação e de treinamento em habilidades paternas constitui uma tarefa importante em culturas aonde a tradição de escolarização seja pouca (1994).

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

A Constituição Federal Brasileira (1988), não trata especificamente sobre este assunto, contudo, no seu artigo n.º 205, fica claro que a educação é direito de todos e é dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, ficando subentendido que ambos são responsáveis, com isso, precisam se correlacionar para cumprir este dever.

Em consonância com a Declaração de Salamanca, a Lei de Diretrizes e Bases brasileira (1996), também prevê a participação da família na educação, em seu artigo 11, VI, onde diz que os municípios devem se articular com a comunidade e as famílias para que haja processos de integração da sociedade com a escola. No artigo 13, VI, diz também que os docentes devem colaborar com as atividades de articulação da escola com a comunidade e as famílias.

O Estatuto da Pessoa com deficiência, promulgado pela Lei n.º 13.146/2015, em seu artigo 28, VIII, diz que incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, incentivar, implementar, avaliar, acompanhar, dentre outras ações, a participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar.

Outro documento importante é o PNE, que institui como uma de suas metas:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (MEC, 2014, p. 59).

Prevendo desta forma a participação ativa dos familiares no planejamento e na gestão escolar, conforme segue:

Estímulo a participação e a consulta de profissionais da educação, familiares, alunos para a formulação de planos de gestão escolar, projetos político-pedagógicos, currículos escolares, e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares (MEC, 2014, p. 59).

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Resende e Silva (2016) em sua pesquisa sobre a relação família-escola na legislação educacional brasileira descrevem sobre o apoio as instituições criadas por pais, e citam que em Portugal, desde a década de 70 do século XX, existe uma lei específica para regulamentar as Associações de Pais, além de uma Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP). As associações de pais têm representação legal nos principais órgãos gestores da escola, assim como no CNE. Com relação ao Brasil, não existe lei específica que regule as Associações de Pais a nível nacional. Alguns estados e municípios possuem normativas próprias que regulamentam as Associações de Pais e Mestres (APM), que são órgãos de apoio à direção da escola, que arrecadam e ajudam a gerir os recursos financeiros.

Para Resende e Silva (2016) a LDB de 1996, no seu artigo n.º 14, dispõem sobre a gestão democrática na educação básica que deve ser definida pelos sistemas de ensino, conforme suas próprias peculiaridades, mas tendo como um de seus princípios a participação das comunidades em conselhos escolares ou equivalentes, mas não se refere especificamente as famílias, no entanto induz a participação destas no âmbito da própria administração da escola, pois fazem parte da comunidade. No entanto, não há uma forte regulamentação federal, ficando sob a responsabilidade dos entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) o detalhamento de formas e critérios para a gestão democrática e, conseqüentemente, para a participação das famílias.

Fica evidente que legalmente a participação familiar na escola é importante e está regulamentada, no entanto de forma superficial, segundo Resende e Silva:

(...) embora incentivada pela legislação, a relação família-escola não é objeto de uma “forte regulamentação estatal” em nosso país. Existem prescrições claras, nos documentos pesquisados, de estímulo a essa relação; a participação parental, ligada à gestão democrática dos estabelecimentos, é estabelecida como princípio para os sistemas educacionais. Entretanto, não parece se caracterizar, no caso brasileiro, nem um “surto legislativo” ou “surto de participação parental” não chegando a exercer o papel de entidades por meio das quais as famílias possam, de fato, exercer sua “voz” (2016, p. 50).

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Apesar disso, a relação família-escola e a participação familiar no processo educacional já é um direito garantido. Esse envolvimento é extremamente benéfico para ambos, pois todos fazem parte desse processo, com seus direitos e deveres.

v. Relação escola e família

A instituição familiar e a escolar são distintas, porém se completam, pois ambas fazem parte da vida das crianças e adolescentes, bem como contribuem para sua formação. Por isso, a relação entre escola e família é importante e necessária.

Como já vimos, é por meio da família que se constroem os primeiros vínculos com a aprendizagem e é formado seu estilo de aprender. As crianças não nascem sabendo o que é ruim e o que é bom, o que gostam e o que não gostam. Sendo assim, é tarefa dos pais, familiares e professores fornecer uma consciência moral, pautada em uma lógica aceita socialmente, para que quando a criança tiver que tomar decisões, saiba como e por qual razão, pois educar é também, antes de tudo, apresentar o mundo formado por outros que também têm interesses, é mostrar caminhos, para que as crianças desenvolvam o senso crítico. (Parolin, 2010).

Segundo Lazzaretti e Freitas (2016) a escola e a família são instituições que juntas proporcionam o desenvolvimento fundamental das crianças com deficiências na sua trajetória de vida e na constituição da autonomia.

Toda aprendizagem, assim, é resultado da parceria essencial entre família e escola que produzem movimentos favoráveis ou desfavoráveis em termos do desenvolvimento de crianças e jovens: a natureza do aprendiz, suas especificidades e campo socioafetivo; a natureza dos conteúdos e grau de interesse que suscita; o movimento histórico; o nível de complexidade da tarefa, assim como, o investimento que o aprendiz faz em prol dessa aprendizagem. O conjunto das possibilidades pessoais desenvolvidas transforma-se em estímulos e energias em favor de bons resultados na relação entre aprender e sentir prazer em aprender (Parolin, 2010, p. 47).

Lazzaretti e Freitas (2016), também concordam, quando descrevem que a escola e a família partilham funções relacionadas à educação e as funções sociais e políticas,

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

com isso, contribuem e podem influenciar na formação do indivíduo, pois são responsáveis pela transmissão de valores e conhecimento. Portanto, ambos são lugares de desenvolvimento e aprendizagem, podendo ser propulsores ou inibidores deles.

É importante ressaltar que não existem critérios para a aceitação de alunos com deficiência na escola, já que a legislação prevê a matrícula inicialmente na escola regular. Desta forma, a escola, depois da avaliação pedagógica inicial deve, em conjunto com a família, buscar na comunidade os demais serviços que irão contribuir com o desenvolvimento do aluno. É essencial um diálogo com a família, uma vez que conhecendo cada caso é possível pensar em estratégias, e planejar a rede de apoio para atender da melhor forma as necessidades do aluno e sua família, tal como sugere Melchiori et al. (2014).

Segundo Almeida:

Para que haja uma relação de confiança entre pais e escola, é necessário um trabalho em conjunto de ambas as partes, para que a comunicação seja estabelecida de maneira eficaz (2014, p. 22).

Melchiori et al. (2014) aponta ainda que as ações e decisões escolares devem ser compartilhadas com os familiares. O contato com os mesmos pode ser estabelecido de forma amistosa por ocasião da matrícula, dialogando com a mãe, pai ou outros responsáveis, separados ou juntos, dependendo do assunto a ser tratado e da constituição familiar do aluno. É interessante saber, por exemplo, o que cada um pensa com relação à situação, quais as expectativas da família com relação à escola, dentre outros. É fundamental também que haja uma conversa acolhedora, franca e aberta, sem julgamentos, sendo possível identificar qual dos familiares será o melhor mediador com a escola.

Além da coleta de informações, a escola deve comunicar também aos pais sobre o funcionamento da escola, sobre a condução das primeiras avaliações, formas de contato, datas previstas para as reuniões de apresentação dos resultados. Neste contexto, é importante a participação do professor responsável (se já estiver definido) neste

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

primeiro contato com a família, onde o próprio pode conduzir essa interação. Um canal de comunicação aberto tende a minimizar a ansiedade das famílias e dos professores. Quando a direção da escola participa desse processo, auxilia no crescimento da segurança para o professor, possibilitando a realização de um bom trabalho, segundo Melchiori et al. (2014).

A relação escola-família é importante para a criança e para o adolescente, contribuindo para o desenvolvimento dos mesmos, pois de acordo com Lazzaretti e Freitas:

Atualmente há a necessidade de a família estar em contato direto com a escola e vice-versa, porque a escola é uma instituição que complementa a família e juntas tornam-se lugares propícios para o desenvolvimento de seus filhos e alunos. Ambas, família e escola, dependem uma da outra na tentativa de alcançar seus objetivos, possibilitando um futuro melhor para o filho e educando e, também, para a sociedade em geral (2016, p. 4).

Ambas tem um importante papel na efetivação da inclusão, pois, segundo Maturana e Cia (2015), o núcleo familiar é o primeiro mediador entre o indivíduo e ambiente, é o local onde a criança aprende o que e como responder ao seu meio, isto é, aprende a se expressar efetiva e emocionalmente, administrar e resolver conflitos, conviver com os demais, construindo sua identidade. Já a escola é o segundo ambiente mediador, onde é transmitido o saber culturalmente organizado e historicamente construído, é no ambiente escolar que os alunos irão aprender novas formas de interação e comportamentos, neste contexto também serão apresentados novos valores, contribuindo fundamentalmente na socialização infantil, na aprendizagem e no desenvolvimento.

O conceito de inclusão está vinculado à discussão com relação às condições sociais e educacionais dos excluídos. A inclusão é uma forma de combate à exclusão, configurando-se como um novo paradigma social que pode direcionar e transformar uma sociedade excludente em outra inclusiva, respeitando assim as diferenças, sendo uma ferramenta essencial para a transformação da sociedade, de acordo com Bazon e Masini (2011).

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

A participação da família na escola e o diálogo entre ambos dependem de um processo de construção coletiva. No entanto, para Lazzaretti e Freitas (2016) embora atualmente os familiares sejam parceiros, a relação com a escola e profissionais ainda não é fácil, mesmo diante de inúmeros benefícios. Apesar disso, essa parceria deve ser buscada constantemente.

É importantíssimo que a escola e a família andem no mesmo sentido, desta forma, a criança com deficiência se sentirá amparada e confortável, isso facilita o processo de ensino-aprendizagem e a sua relação com o meio. Ambas as instituições, escolar e familiar, têm a oportunidade de contribuir com o desenvolvimento da criança com deficiência, uma vez que são dois ambientes favoráveis, por isso, devem interagir e colaborar mutuamente, com objetivos comuns. Quando trabalham juntas, focalizam as potencialidades das crianças e não focalizam na deficiência, contribuindo para a formação de sujeitos autônomos, produtivos e participantes do seu próprio desenvolvimento perante a sociedade, de acordo com Lazzaretti e Freitas (2016).

A relação entre essas duas instituições tão importantes deve ocorrer de forma contínua e respeitosa, Bazon e Masini (2011) citam que a interface entre família e escola deve ocorrer na convivência diária e levar em conta as particularidades dos alunos atendidos, da comunidade a qual fazem parte e do tempo histórico. Caso esta relação se estabeleça pautada no preconceito e pré-julgamento, o relacionamento poderá ser conflituoso.

A participação efetiva de todos os envolvidos e o respeito mútuo certamente pode contribuir para o bom desenvolvimento de um trabalho educacional conjunto. Para Melchiori et al. (2014) também é preciso respeitar a criança com deficiência, ouvir e compreender a ansiedade da família, com a participação dos alunos nas atividades desenvolvidas na escola, garantindo assim uma parceria importante, para gerar benefícios para o desenvolvimento dos alunos com NEE.

Amaro (2012) também trata sobre a relação escola-comunidade, considerando neste contexto a comunidade escolar como todos os atores envolvidos no cotidiano da escola, sendo: pais, alunos, professores, egressos, funcionários, sendo estes membros da

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

comunidade escolar. E defende o diálogo entre a escola e a comunidade descrevendo que a escola que dialoga com a comunidade consegue ampliar seus horizontes e desta forma também se fortalece. Por isso, processos de integração entre a comunidade e a escola têm sido estimulados. O processo de integração precisa do envolvimento de todos para superação das dificuldades e isso implica em diálogo, construção coletiva, compartilhamento, participação ativa e decisória que supõe um consenso dinâmico e negociado.

Algumas experiências envolvendo escola e família se mostraram importantes espaços de interação, como por exemplo, o Círculo ou Associação de Pais e Mestres (APM), que tem como objetivo integrar a comunidade e a escola. Amaro (2012) descreve esta ação da seguinte forma:

O Círculo de Pais e Mestres é uma associação com o objetivo essencial de integrar a comunidade, o poder público, a escola e a família, buscando o desempenho mais eficiente e autossustentável do processo educativo. São fins da associação:

- promover a participação da família na escola e a da escola na comunidade;
- atuar no auxílio e complementação de administração escolar;
- promover, mediante cobrança, taxa ou similares, atividades sociais destinadas à obtenção de recursos financeiros em apoio à manutenção do funcionamento da escola;
- colaborar na conservação dos prédios e equipamentos das escolas;
- prestar serviços na escola em benefício dos alunos ou do processo educacional (pp. 47-48).

Sem dúvidas este é um espaço fértil de participação da família no contexto escolar, onde elas podem participar de decisões e ações de forma coletiva.

Outro exemplo relevante é a Intervenção Precoce (IP), que prevê ações de apoio a crianças de zero a seis anos⁵ com NEE e seus familiares. Serrano destaca:

⁵ O SNIPI abrange as crianças entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respectiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias (Decreto-Lei 281/2009, artigo 2º). O mesmo também é referido pelo o Decreto Lei 54/2018, artigo 16. O Brasil também considera primeira infância os primeiros 06 anos de vida, conforme prevê a Lei 13.257 de 08 de março de 2016, artigo 2º.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

O conhecimento e experiência no âmbito da IP levou-me a concluir que as famílias de crianças com NEE ou em risco requerem apoios sistémicos, os quais as ajudam a manter a sua integridade e a desempenhar os seus papéis parentais. Independentemente da enorme variedade, da quantidade de apoios e do seu nível de intensidade, as famílias utilizam quer os sistemas formais, quer os sistemas informais de apoio (2007, p. 9).

Nesta mesma linha, Melchiori et al. também vê o apoio às famílias e uma intervenção eficiente como um processo importante no desenvolvimento dos alunos com NEE:

A família pode atenuar os efeitos da deficiência se oferecer um ambiente estimulador. Os cuidadores devem ser responsivos e atentos às necessidades do filho com deficiência, mas, para isso, a família precisa de apoio e recursos e, entre eles, os que a comunidade oferece. As crianças com deficiências precisam de famílias que promovam suas competências, identifiquem seus avanços e reconheçam seu ritmo de desenvolvimento. Para promover o desenvolvimento da criança ou adolescente, a família deve oferecer: atividades organizadas, de complexidade crescente e por períodos gradativamente mais longos. E, para isso, precisam de apoio e intervenções eficientes desde o nascimento do bebê. (2014, p. 8)

Serrano (2007) cita que na IP é elaborado o Plano Individualizado de Apoio à Família (PIAF), que prevê as particularidades de cada família. O primeiro PIAF deve ser desenvolvido até 45 dias úteis após a entrada dos pais na IP e deve ser construído entre os profissionais e familiares. Também há a necessidade de ser revisto constantemente de forma conjunta.

A definição de campo da IP tornou-se imediatamente mais abrangente quando o foco de atenção mudou da criança para a família. O PIAF é a tradução prática de tal mudança. Centra sua atenção num objectivo final, que consiste em encontrar meios mais eficazes para corresponder às necessidades, quer de crianças com ou em risco de desenvolver NE, quer das suas famílias. O PIAF apresenta novos desafios aos pais e aos profissionais. A mensagem passada pelo PIAF não podia ser mais clara: a família é o elemento-chave para uma intervenção bem-sucedida (Serrano, 2007, p. 58).

Melchiori et al. (2014) também acredita que essa análise e compreensão da dinâmica familiar são importantes, visto que durante a realização de um trabalho com a família é relevante analisar a influência da criança ou adolescente com NEE sobre o

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

quotidiano familiar, sendo que esta dinâmica pode variar: tudo gira em torno do filho, com todos os membros da família fazendo de tudo para atender as suas necessidades ou, o inverso.

Neste sentido, Ventura também expõe que:

A educação parental e o desenvolvimento da parentalidade têm vindo a ser, cada vez mais, áreas a investir em termos educacionais e sociais, uma vez que muitos pais demonstram dificuldade em desenvolver as suas competências e cumprir com as funções parentais, colocando em risco as crianças. “Ser-se pai” e o processo de educar podem ser tarefas árduas, daí a necessidade de fornecer “ferramentas” aos pais para que desfrutem desta função (2014, p. 13).

Cabe ressaltar que todas as famílias têm pontos fortes e capacidades, sendo que os profissionais devem conseguir identificá-los e valorizá-los, conforme Serrano (2007).

No entanto, as famílias precisam de apoio e suporte do Estado, inclusive quando se encontram em situação de vulnerabilidade e risco, conforme prevê a Lei n.º 13.257/2016:

As famílias identificadas nas redes de saúde, educação e assistência social e nos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente que se encontrem em situação de vulnerabilidade e de risco com direitos violados para exercer seu papel protetivo de cuidado e educação da criança na primeira infância, bem como as que têm crianças com indicadores de risco ou deficiência, terão prioridade nas políticas sociais públicas (artigo 13, §2º).

Para Melchiori et al. (2014), os serviços de aconselhamento das famílias que têm filhos com NEE, podem ser extremamente úteis, pois essas orientações auxiliam a família a refletir sobre as possibilidades de serviços, os ganhos das adesões e, principalmente, auxilia na organização familiar, preservando os direitos de todos os membros e propiciando que todos se envolvam no processo de cuidados com o indivíduo com NEE, pois as dificuldades quando são enfrentadas e compartilhadas, tornam-se mais leves motivando a união, alegria e fortalecendo os vínculos.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Diante de tudo que vimos, fica evidente que o envolvimento familiar no processo educacional dos seus filhos em conjunto com a escola é favorável para a educação das crianças e adolescentes com NEE.

Infelizmente, no Brasil, as contribuições dos pais em sala de aula são, quase sempre, pontuais, raras e limitadas a questões específicas, como enriquecimento curricular (por exemplo, entrevista sobre sua profissão) ou apoio ao trabalho do professor (atendimento individual a alunos, etc.), não configurando assim uma participação efetiva no processo de gestão da sala de aula, conforme Resende e Silva (2016).

Embora esta parceria seja importante e necessária, fica evidente que este não é um processo simples e rápido, visto que família e escola vêm sofrendo ao longo do tempo transformações de valores, conforme Bazon e Masini abordam:

Não podemos esquecer que a família e a escola são instituições que sofrem influência dos valores e representações sociais, culturais e econômicas, e ainda que estes valores sofrem modificações a longo da história. Sendo assim, o papel social da família e da escola modificam-se ao longo do tempo, precisando ser analisados tendo por base o meio em que se inserem. Tanto a família quanto a escola aparentemente não notaram as mudanças internas ou externas que ambas sofreram, no que se refere a possíveis alterações dos papéis que possuem na educação. Há uma dificuldade para incorporar novas formas de relacionamento (professor – aluno; professor – família; aluno – família), e novos paradigmas que baseiam o processo aprendizagem como a educação inclusiva. É fundamental que ocorra uma (re) aproximação entre família – escola buscando novas formas que favoreçam a colaboração entre elas, visando assim a construção de uma escola de qualidade para todos (2011, p. 1.082).

A relação família-escola é importante e benéfica em todos os sentidos, no entanto Melchiori et al. (2014) descreve que a deficiência é uma condição que exige uma atenção específica, aumentando assim a necessidade desta interação entre família e escola, já que a expectativa de ter na sala de aula um aluno com deficiência pode gerar no professor diversos sentimentos, tais como: medo, insegurança, ansiedade, mas também pode gerar motivação pelo desafio. Independentemente de qualquer dessas situações a relação entre a família e a escola, se estiver aberta, pode contribuir e facilitar

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

no entendimento das competências do aluno, diminuindo os estados emocionais iniciais dos profissionais de educação. No entanto é um desafio para o professor o acolhimento às famílias, passando segurança e compromisso para os estudantes. Faz-se necessário fornecer informações as famílias sobre seus filhos, descrevendo suas dificuldades e competências, sem reforçar os estereótipos negativos que permeiam a condição de deficiência.

Apesar de todos os pontos fortes e fragilidades dessa relação, fica evidente a importância da parceria entre família e escola para o bom desenvolvimento educacional, conforme Souza cita:

Vida familiar e vida escolar perpassam por caminhos concomitantes. É quase impossível separar aluno/filho, por isto, quanto maior o fortalecimento dessa relação família/escola, tanto melhor será o desempenho escolar desses filhos/alunos. Nesse sentido, é importante que família e escola saibam aproveitar os benefícios desse estreitamento de relações, pois isto irá resultar em princípios facilitadores da aprendizagem e formação social da criança (2009, p. 18).

Diante do exposto, a relação família-escola deve ser fortalecida e incentivada a todo o momento, devem ser traçadas estratégias para se romper as barreiras encontradas e envolver os familiares neste processo, considerando a grande relevância desta relação no desenvolvimento dos alunos com NEE.

III. ESTUDO EMPÍRICO

1. Contextualização e Participantes

i. População alvo e participantes.

A população alvo desta pesquisa foram pais (ou responsáveis) de alunos com NEE, de quatro a dezessete anos, atendidos pela APAE, instituição não governamental de atendimento e apoio a pessoas com NEE, onde foi selecionada uma amostra de conveniência.

A escolha da população alvo, por faixa etária, se deu em razão da exigência brasileira, prevista pela LDB da Educação Nacional, artigo 4º, onde prevê como dever do Estado a oferta de educação básica dos quatro aos dezessete anos de idade.

Este estudo teve o intuito de verificar a participação das famílias dos alunos com NEE na educação básica.

Ao todo, trinta familiares participaram desta pesquisa, tendo sido assegurado o direito de não participar ou deixar de contribuir para o estudo, a qualquer momento, através das informações passadas verbalmente e por meio da declaração de consentimento informado.

As características do grupo participante foram documentadas utilizando o programa Excel 2016 para registro e tratamento dos dados.

A maior parte dos familiares participantes do estudo é do sexo feminino, sendo 96,67% mulheres e 3,33% homens, conforme demonstrado no gráfico 1 e tabela 1:

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

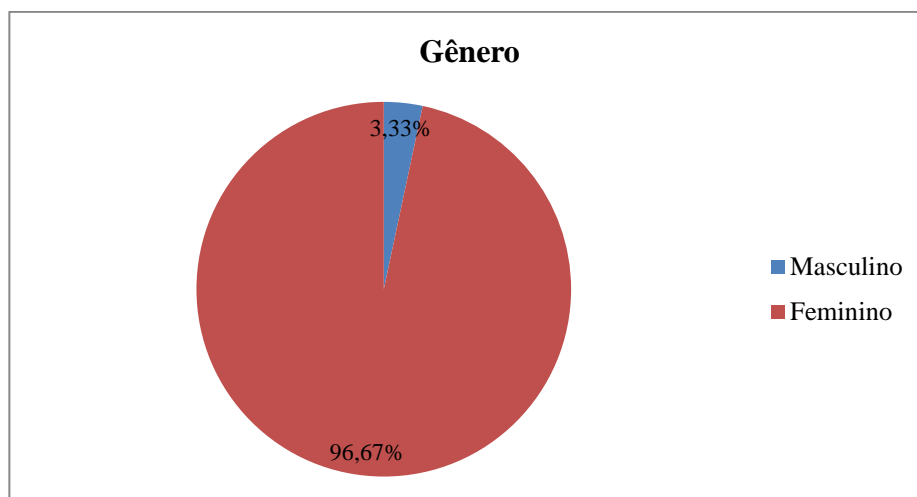


Gráfico 1: Sexo dos participantes

Gênero		
Gênero	Frequência	Porcentagem
Masculino	1	3,33
Feminino	29	96,67

Tabela 1: Sexo dos participantes

Com relação à faixa etária, o gráfico 2 e a tabela 2 apontam para a inexistência de participantes menores de 18 anos. As demais faixas etárias se desmembraram da seguinte forma: 13,33% tinham idade de 18 a 29 anos, 83,33% de 30 a 59 anos e 3,33% acima de 60 anos. Sendo assim, a maioria dos participantes eram pessoas com idade de 30 a 59 anos.

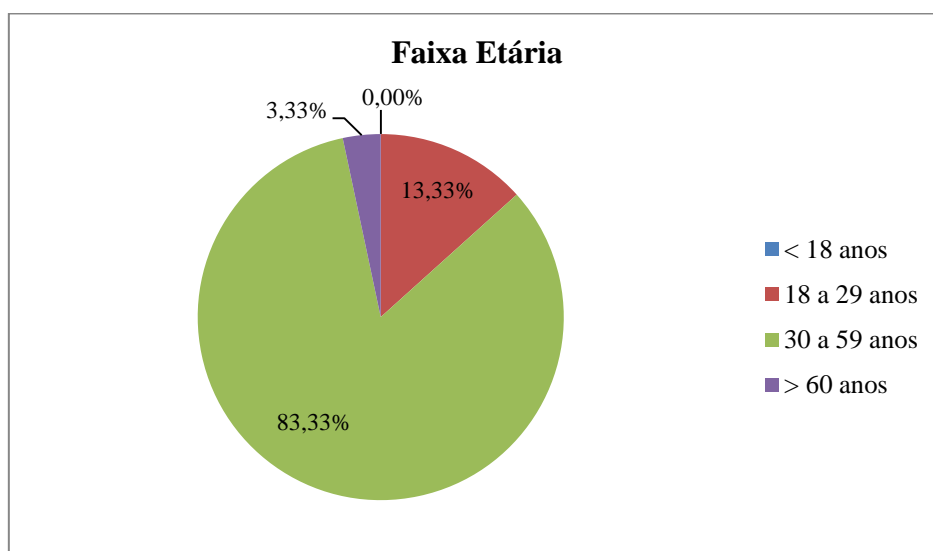


Gráfico 2: Faixa etária dos participantes

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Faixa Etária		
Faixa Etária	Frequência	Porcentagem
< 18 anos	0	0,00
18 a 29 anos	4	13,33
30 a 59 anos	25	83,33
> 60 anos	1	3,33

Tabela 2: Faixa etária dos participantes

No que diz respeito ao estado civil, o gráfico 3 e a tabela 3 expõem que a maioria são casados, correspondendo a 43,33%. Os demais estados civis variaram entre: 20,00% solteiros, 16,67% união de facto (conhecido no Brasil como união estável), 13,33% separados e 6,67% viúvos.

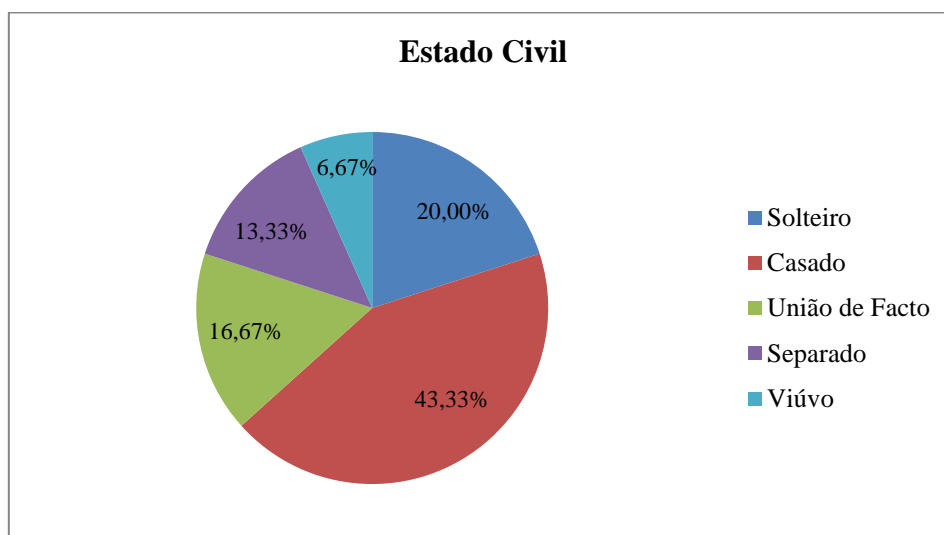


Gráfico 3: Estado civil dos participantes

Estado Civil		
Estado Civil	Frequência	Porcentagem
Solteiro	6	20,00
Casado	13	43,33
União de Facto	5	16,67
Separado	4	13,33
Viúvo	2	6,67

Tabela 3: Estado civil dos participantes

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Com relação à renda familiar, os dados apresentados na tabela 4 e gráfico 4 demonstram que nenhum dos participantes apresenta renda superior a 5 salários mínimos⁶. Desta forma, 30,00% declararam ter renda até 01 salário mínimo. A maioria, correspondente a 60,00% declarou ter uma renda familiar de 1 a 3 salários mínimos e apenas 10,00% possui renda familiar de 3 a 5 salários mínimos. De acordo com o exposto abaixo:

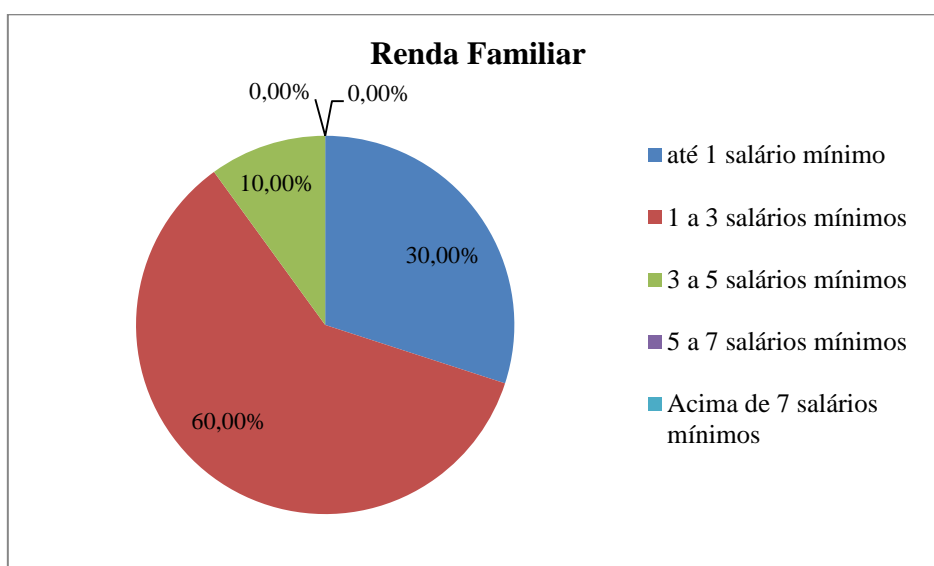


Gráfico 4: Renda Familiar dos participantes

Renda Familiar		
Renda Familiar	Frequência	Porcentagem
até 1 salário mínimo	9	30,00
1 a 3 salários mínimos	18	60,00
3 a 5 salários mínimos	3	10,00
5 a 7 salários mínimos	0	0,00
Acima de 7 salários mínimos	0	0,00

Tabela 4: Renda Familiar dos participantes

Por fim, no que diz respeito à escolaridade, a maior parte dos participantes tem apenas o ensino fundamental incompleto, correspondendo a 43,33%, seguido de 36,67% com ensino médio completo, 10,00% com ensino médio incompleto, 6,67% com ensino

⁶ O valor de um salário mínimo é equivalente a €580,00.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

fundamental completo e apenas 3,33% com ensino superior completo. Conforme demonstrado abaixo no gráfico 5 e tabela 5:

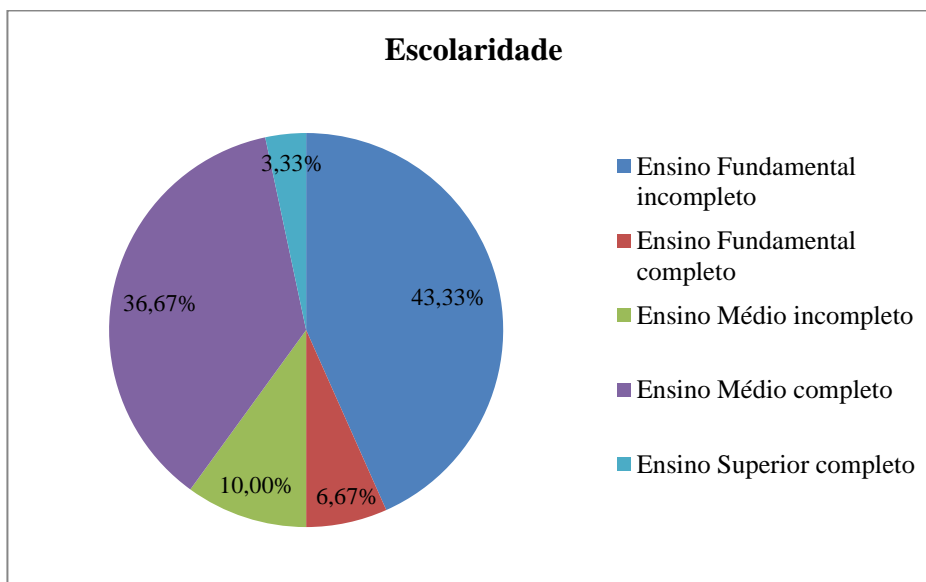


Gráfico 5: Escolaridade dos participantes

Escolaridade		
Escolaridade	Frequência	Porcentagem
Ensino Fundamental incompleto	13	43,33
Ensino Fundamental completo	2	6,67
Ensino Médio incompleto	3	10,00
Ensino Médio completo	11	36,67
Ensino Superior completo	1	3,33

Tabela 5: Escolaridade dos participantes

De acordo com a aferição dos dados apresentados nos questionários, o perfil dos participantes desta pesquisa é o seguinte:

A maioria dos participantes é do sexo feminino, com uma faixa etária de 30 a 59 anos e casados, no entanto, mais da metade, correspondente a 56,67% variaram entre os demais estados civis. Percebeu-se também que a maior parte dos familiares, correspondente a 60,00%, declarou renda familiar de 1 a 3 salários mínimos.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Finalmente, com relação à escolaridade, a maioria declarou um baixo nível de escolaridade, uma vez que 43,33% possui apenas o ensino fundamental incompleto, no entanto também tivemos um dado relevante com relação aos participantes que declararam possuir o ensino médio completo, que corresponde a 36,67%.

2. Metodologia e estrutura da investigação.

i. Objetivo da pesquisa.

Esta pesquisa tem como objetivo identificar como os pais, ou outros familiares responsáveis pelos alunos, participam do processo educacional dos seus tutelados com NEE.

Como Assistente Social, considero importante este estudo uma vez que, em posse desses dados, será possível identificar como os pais se envolvem na educação dos seus filhos, a frequência e os pontos fortes e fracos da participação parental, para que, com esse conhecimento seja possível pensar ações direcionadas às famílias, que visem valorizar e potencializar o que já é feito a contento e contribuir para a superação das dificuldades identificadas no estudo.

ii. Pergunta de Partida.

O problema que gera a pergunta de partida é definido por Sousa como “(...) o objectivo da investigação a meta que se pretende atingir, a pergunta científica para a qual procuramos resposta” (2005, p. 44).

Portanto, a pergunta de partida que norteia este estudo é: Como ocorre o envolvimento familiar na educação especial de crianças e adolescentes com Necessidades Educativas Especiais?

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

iii. Hipóteses de investigação.

Para Trigueiro et al. (2014) a hipótese revela à suposição de quem está pesquisando já conhecer a questão que busca. É um ensaio, uma tentativa ou criação de resposta momentânea ao problema já definido.

Sousa (2005) também define hipótese, e expõe o seguinte: São preposições conjecturais possíveis, lógicas e dedutíveis, do que se pode esperar como resposta ao problema.

Portanto, para a realização do estudo foram estabelecidas as seguintes hipóteses:

H1. As famílias oferecem cuidados básicos aos filhos, inclusive os preparando para frequentar a escola.

H2. Os familiares não se atentam às normas e regras da escola.

H3. As famílias não participam das ações e decisões escolares.

H4. As famílias se interessam sobre como é dia a dia dos filhos na escola.

H5. As famílias se preocupam com o processo educacional dos filhos no quotidiano do lar.

H6. As famílias estimulam os filhos a interagirem socialmente.

H7. As famílias incentivam seus filhos a avançarem.

iv. Estratégia metodológica.

Para a realização do presente estudo primeiramente foram aplicados dois questionários testes com pais de crianças e adolescentes com NEE que não

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

participariam da pesquisa, a aplicação desses questionários foi importante para verificar da compreensão das perguntas para a população a inquirir.

Posteriormente o questionário foi aplicado às famílias participantes onde foi utilizada uma escala Likert, contendo quatro alternativas de respostas (nunca, poucas vezes, muitas vezes e sempre) para compreender como os respondentes interpretam a sua colocação nas aprendizagens dos filhos. A pesquisa de campo abarcou três fases:

A primeira foi a explicação sobre a pesquisa aos familiares e a solicitação da participação dos mesmos no estudo. O acesso aos participantes ocorreu por meio de uma instituição educacional não governamental denominada: APAE, a qual autorizou a realização desta pesquisa por meio da assinatura do “pedido de autorização”.

A instituição permitiu a participação do investigador numa reunião de pais. No final desta reunião, foram dispensados os familiares dos alunos que tinham menos de quatro anos e acima de dezessete. Após a permanência apenas dos familiares dos alunos que se enquadravam na população alvo foi feita a apresentação do estudo e explicado sobre o objetivo da pesquisa, e todos foram convidados a participar, mediante o preenchimento da “Declaração de Consentimento Informado”.

Após a assinatura das Declarações de Consentimento Informado, estas foram recolhidas e posteriormente foram entregues os questionários aos familiares dos alunos, dentro de um envelope aberto com lacre para ser usado no momento da devolução. Foi estabelecido um prazo e local para a entrega dos questionários preenchidos. Os familiares foram orientados a entregarem os questionários na secretaria da APAE dentro do envelope lacrado para garantir o anonimato dos participantes e confidencialidade, de forma a respeitar princípios éticos.

Foram distribuídos quarenta e um questionários, contendo perguntas do questionário sociodemográfico e do questionário de estudo.

O segundo momento se constituiu na coleta dos questionários no local combinado com os participantes.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Por fim, a terceira fase foi o tratamento dos dados, por meio de análises estatísticas, para obter o resultado e evidenciar a participação dos pais no processo educacional dos filhos com NEE.

v. Instrumentos

Para Trigueiro et al. (2014) instrumentos de coleta de dados são criados e utilizados pelo pesquisador para obter dados que são necessários para a análise do problema de investigação. A decisão do instrumento que será utilizado deve estar estreitamente relacionada ao tipo de pesquisa que será realizada.

Para esta pesquisa, foi utilizado o questionário como instrumento de coleta de dados, com perguntas fechadas, sendo aplicado um questionário sociodemográfico e um questionário de pesquisa com escala de respostas, que foi criado especificamente para este estudo.

De acordo com Sousa (2005) o questionário tem como objetivo questionar, interrogar, perguntar. É derivado do termo latino *quaestionarium* que designa várias perguntas sobre um determinado assunto. O questionário pode ser considerado como uma técnica de investigação que se interroga por escrito alguns indivíduos com o objetivo de conhecer suas opiniões, atitudes, expectativas, sentimentos, interesses, experiências, entre outros.

IV- APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Dos quarenta e um questionários impressos que foram entregues aos pais dos alunos com NEE, trinta foram respondidos e previamente entregues no local combinado em envelope lacrado, que foram recolhidos pelo investigador para análise dos dados.

O instrumental de pesquisa continha dois questionários que garantiam o anonimato dos participantes. No primeiro questionário foram requeridos alguns dados pessoais para identificação do perfil dos inquiridos e no segundo, os participantes puderam responder como participam da vida educacional dos filhos por meio de uma escala de respostas.

Com o lançamento dos dados coletados no Programa da Microsoft Office: Microsoft Excel 2016, foi possível identificar o perfil dos participantes e analisar como eles interpretam a sua participação no processo educacional das suas crianças e adolescentes com NEE, confrontando as hipóteses com o resultado obtido mediante a tabulação dos dados.

1. Teste das hipóteses

O teste das hipóteses foi realizado por meio do confronto das mesmas com o resultado da pesquisa, onde se pretendeu verificar se estas hipóteses se confirmaram ou não, mediante os resultados apresentados através da tabulação dos dados colhidos, conforme segue:

H1. As famílias oferecem cuidados básicos aos filhos, inclusive os preparando para frequentar a escola.

Com o intuito de aferir esta hipótese foram elaboradas três perguntas, como veremos a seguir:

Com relação aos cuidados dos familiares com os filhos, para que eles cheguem à escola no horário correto, o gráfico 6 evidencia que a maioria expressiva dos pais,

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

93,33%, disseram que “sempre” se preocupam com este quesito. Os demais participantes variaram suas respostas conforme segue: 3,33% responderam que fazem isso “muitas vezes” e os demais 3,33%, “poucas vezes”. Demonstrando assim que a maior parte das famílias é atenta a esta questão. A opção “nunca” não foi assinalada.

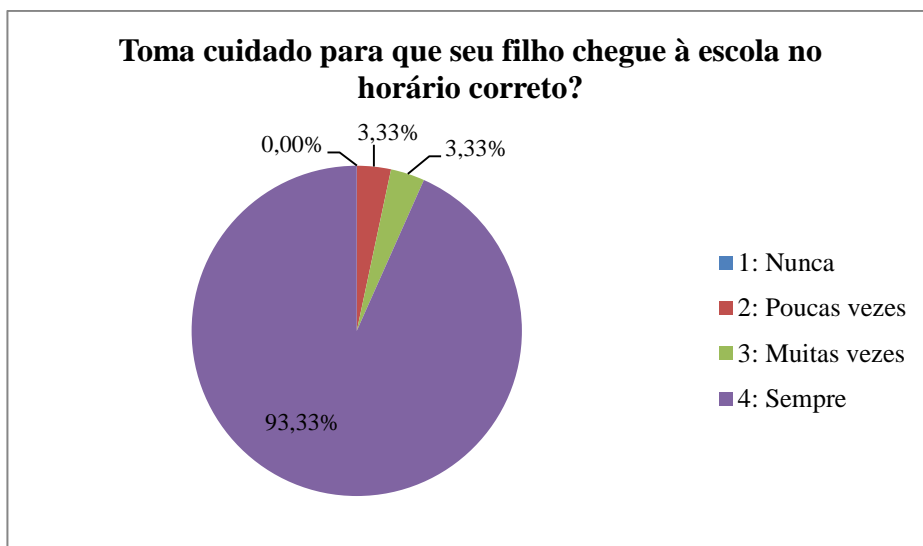


Gráfico 6: Apuração sobre os cuidados com o filho no que diz respeito a chegar na escola no horário correto.

No que concerne aos cuidados com relação à preparação do filho para ir à escola com a vestimenta adequada, o gráfico 7 aponta que 96,67% dos pais têm “sempre” esse cuidado, os demais 3,33% alegaram fazer isso “muitas vezes”. As opções “poucas vezes” e “nunca” não foram assinaladas.

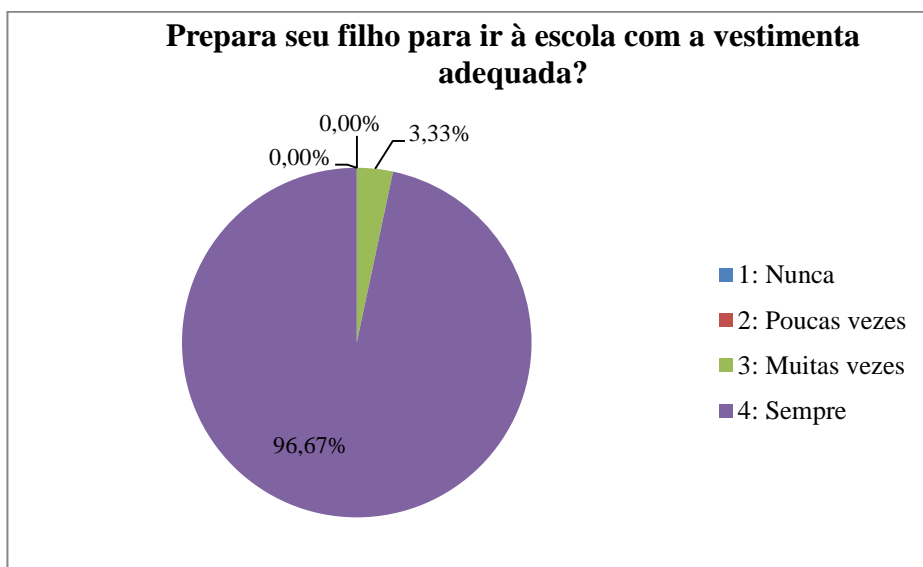


Gráfico 7: Apuração sobre os cuidados com preparo do filho para ir à escola com a vestimenta adequada.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

No que se refere aos cuidados dos pais ou responsáveis no que tange a higiene adequada das crianças ou adolescentes, os dados também são positivos, uma vez que 96,67% declarou encaminhar “sempre” as crianças à escola com esses cuidados, e apenas 3,33% fazem isso “muitas vezes”. As opções “poucas vezes” e “nunca” não foram assinaladas, conforme segue exposto abaixo, por meio do gráfico 8.

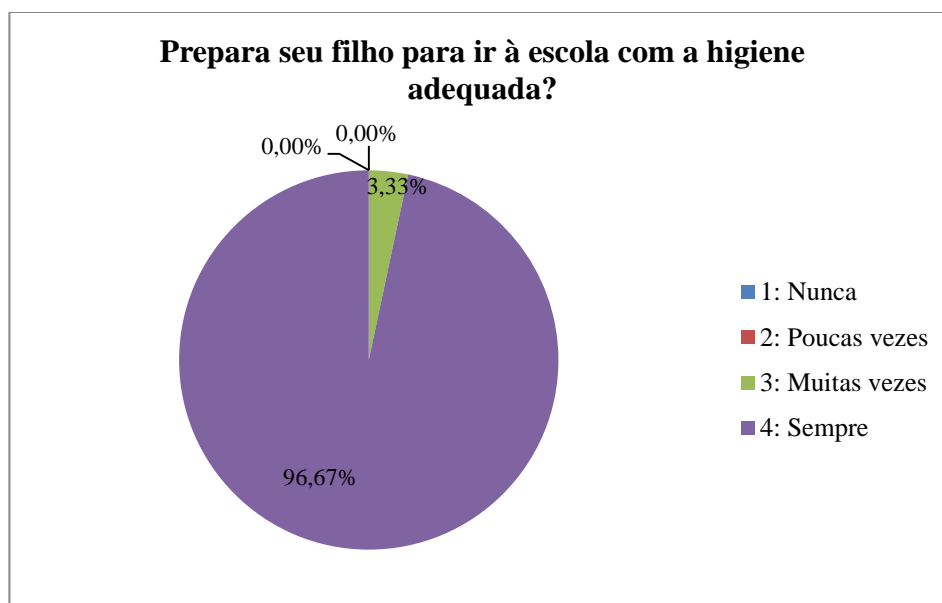


Gráfico 8: Apuração dos cuidados com a higiene do filho.

Média percentual das respostas correspondentes às perguntas relacionadas à H1.

Respostas	Gráfico 6	Gráfico 7	Gráfico 8	Média
1: Nunca	0,00	0,00	0,00	0,00
2: Poucas vezes	3,33	0,00	0,00	1,11
3: Muitas vezes	3,33	3,33	3,33	3,33
4: Sempre	93,33	96,67	96,67	95,56

Tabela 6: Média percentual de aferição da H1

Mediante os dados apresentados na tabela 6, é visível que a hipótese 1 se confirma, visto que em média 95,56% dos inquiridos responderam que se preocupam e “sempre” realizam ações relacionadas aos cuidados básicos com os seus filhos. Ressaltamos também que em média 3,33% dos participantes disseram oferecer esses cuidados, entretanto com uma frequência um pouco menor, porém ainda positiva, pois o fazem “muitas vezes”.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Os dados apresentados mostram também que são poucos os inquiridos que declararam ter uma frequência baixa de cuidados básicos com seus filhos, sendo em média 1,11%.

H2. Os familiares não se atentam às normas e regras da escola.

Foram elaboradas duas perguntas para a aferição desta hipótese, como podemos ver a seguir:

Com relação ao questionamento a respeito da busca por informações sobre as normas e regras da escola 70,00% dos familiares disseram que “sempre” possuem iniciativa para conhecer a dinâmica institucional escolar e 16,67% demonstram ter essa preocupação, “muitas vezes”. No entanto, ainda é perceptível que 13,33% o fazem “poucas vezes”, de acordo com o exposto no gráfico 9. A opção “nunca” não foi assinalada.

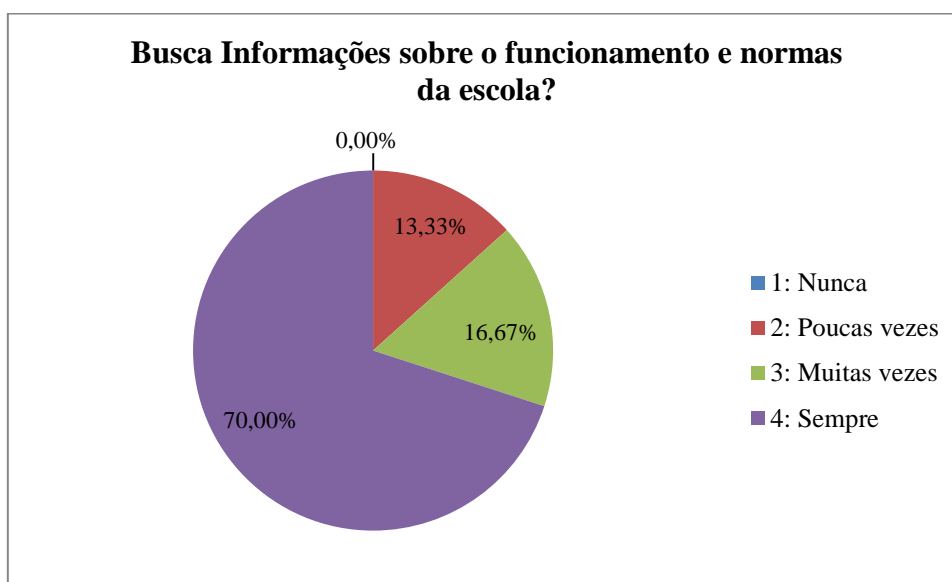


Gráfico 9: Apuração sobre a busca de informações a respeito do funcionamento e normas da escola.

Sobre o respeito e orientação dos filhos para que acatem as normas e regras da escola, o gráfico 10 apresentou que 90,00% dos inquiridos disseram que “sempre” realizam esse procedimento, 6,67% fazem “muitas vezes” e apenas 3,33% responderam fazer “poucas vezes”. A opção “nunca” não foi assinalada.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

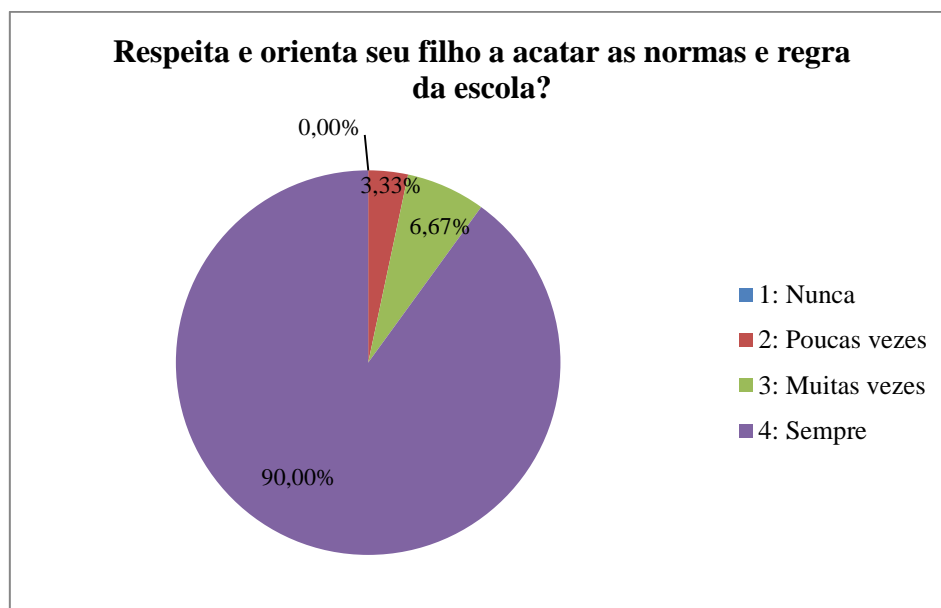


Gráfico 10: Apuração sobre o respeito e orientação dos filhos para acatar as normas e regras da escola.

Média percentual das respostas correspondentes às perguntas relacionadas à H2.

Respostas	Gráfico 9	Gráfico 10	Média
1: Nunca	0,00	0,00	0,00
2: Poucas vezes	13,33	3,33	8,33
3: Muitas vezes	16,67	6,67	11,67
4: Sempre	70,00	90,00	80,00

Tabela 7: Média percentual de aferição da H2.

No que tange a aferição da hipótese 2, ela não se confirma, sendo que em média 80,00% disseram que “sempre” buscam informações, respeitam e orientam os filhos com relação as regras e normas da escola. Apesar disso, em média 11,67% dos familiares disseram que fazem isso “muitas vezes” e 8,33% declararam realizar estes procedimentos “poucas vezes”. Ressaltamos ainda que nenhum inquirido respondeu a opção “nunca”, indicando assim que a maior parte dos pais pesquisados demonstraram preocupação e atitudes relacionadas a conhecer as normas e regras da escola, respeitando-as e orientando os filhos a acatarem as mesmas.

H3. As famílias não participam das ações e decisões escolares.

Para aferir esta hipótese foram elaboradas sete perguntas relacionadas ao assunto que apresentaram o seguinte resultado:

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

A respeito da participação das famílias nas reuniões de pais, convocadas pela escola, 83,33% dos familiares “sempre” participam, 13,33% comparecem “muitas vezes” e apenas 3,33% vão “poucas vezes”. A opção “nunca” não foi assinalada pelos inquiridos.

Esse resultado demonstra que todos os familiares participam das reuniões de pais, sendo que a minoria comparece “poucas vezes”, se comparado com os demais que costumam participar “muitas vezes” e “sempre”, de acordo com o que mostra o gráfico 11.

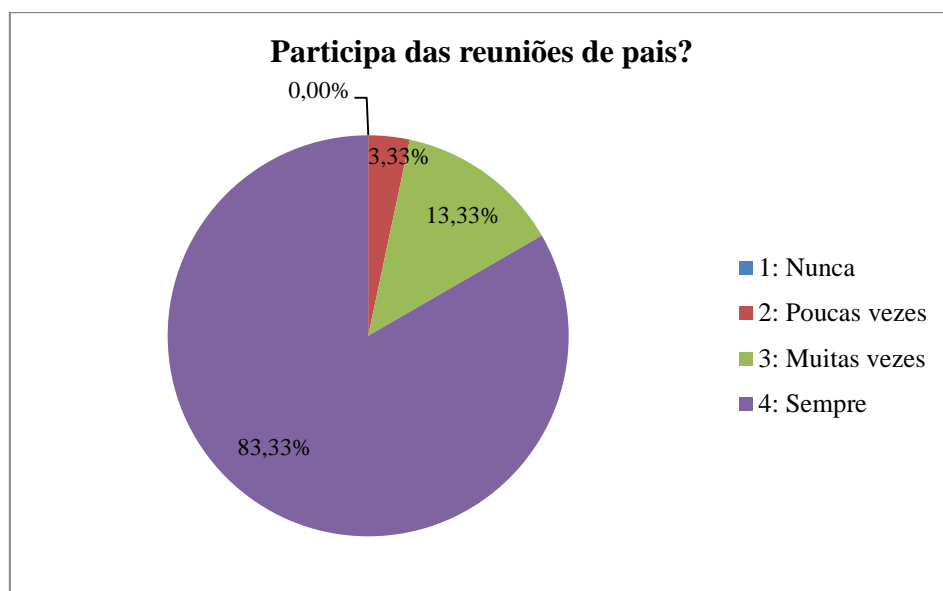


Gráfico 11: Apuração sobre a participação nas reuniões de pais.

Também perguntamos a respeito da participação verbal dos familiares nas reuniões de pais, questionando e dando sugestões. Com relação à esse quesito, apenas 13,33% disseram que “sempre” se pronunciam, 20,00% declararam se manifestar “muitas vezes”, 30,00% “poucas vezes” e a maior parte dos participantes, equivalente a 36,67%, responderam que “nunca” se pronunciam, conforme exposto no gráfico 12, apresentado a seguir:

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

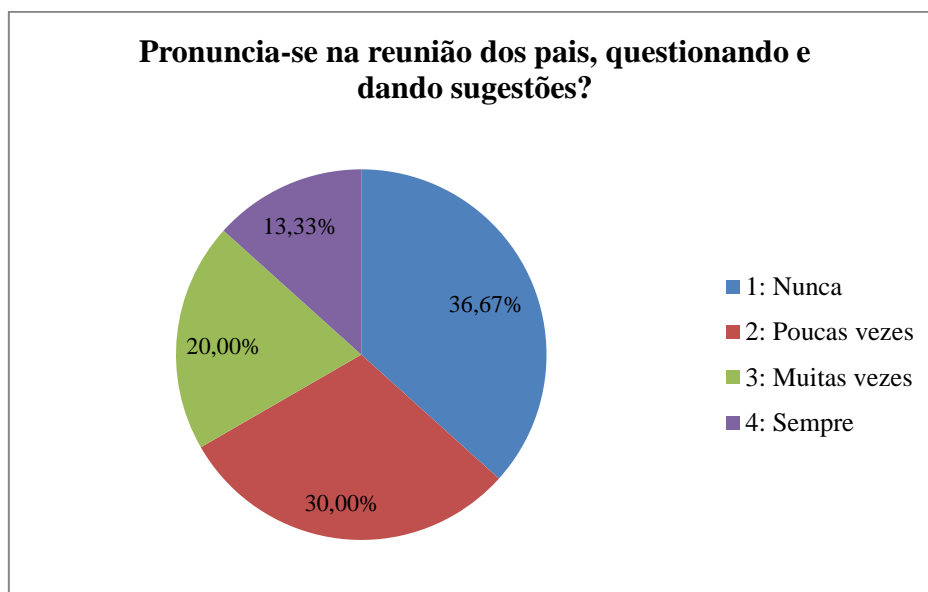


Gráfico 12: Apuração sobre o pronunciamento das famílias nas reuniões de pais.

No que diz respeito ao comparecimento dos familiares na escola, quando são chamados, o gráfico 13 demonstra que 93,33% dos inquiridos “sempre” atendem aos chamados da escola, sendo que 3,33% comparecem “muitas vezes” e 3,33% “poucas vezes”. A opção “nunca” não foi assinalada.

Esses dados evidenciam que a maioria dos pais comparece na instituição, quando convocados.

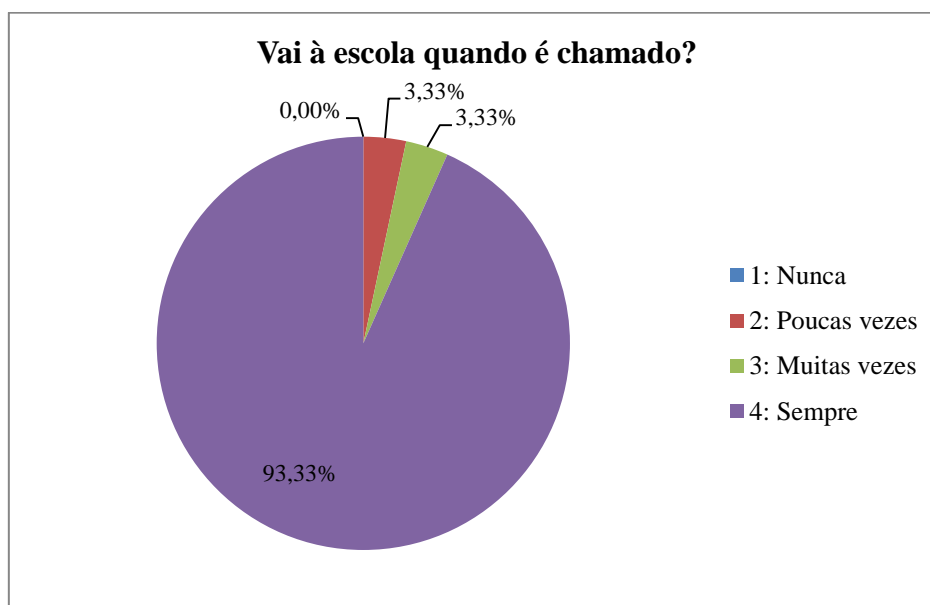


Gráfico 13: Apuração do comparecimento da família na escola, quando é chamada.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

No gráfico 14 fica evidente que 63,33% dos familiares “sempre” participam de atividades festivas oferecidas pela escola, tais como: apresentações culturais, esportivas, festa junina, dia dos pais e das mães, festas abertas para a comunidade, entre outras. Os dados também indicam que 20,00% participam dos eventos “muitas vezes” e 16,67% “poucas vezes”. Nenhum familiar respondeu “nunca”.

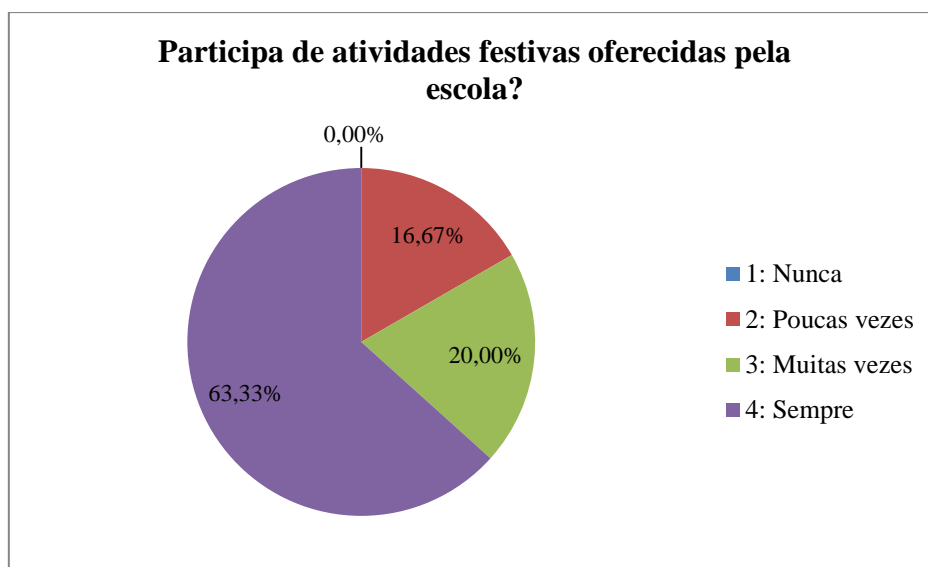


Gráfico 14: Apuração da participação dos familiares em atividades festivas oferecidas pela escola.

Com relação à participação dos familiares nas decisões da escola, quando é dado espaço aos mesmos, 66,67% alegaram que isso “sempre” ocorre, 16,67% “muitas vezes”, 13,33% “poucas vezes” e 3,33% “nunca”, conforme segue no gráfico 15:

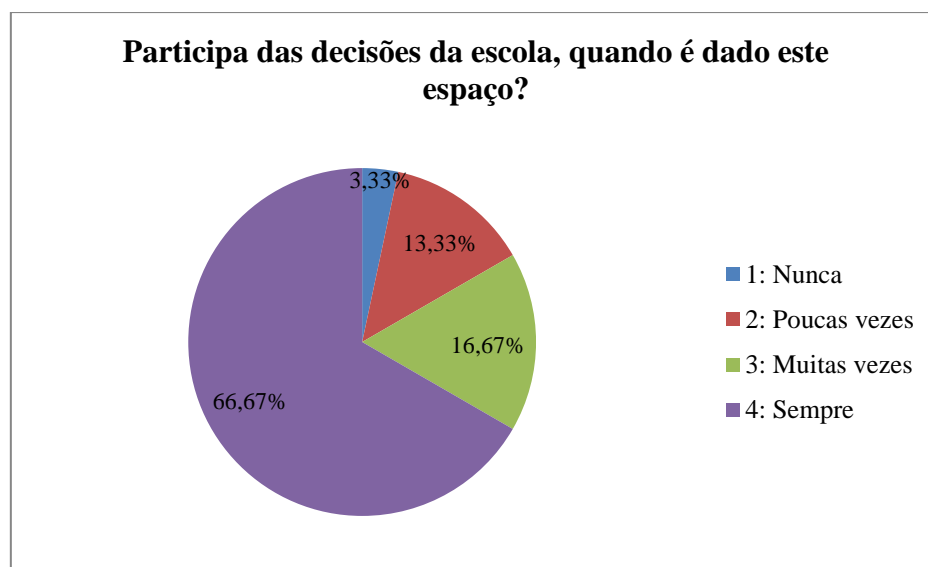


Gráfico 15: Apuração da participação dos familiares nas decisões da escola, quando é dado este espaço.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Os resultados apresentados a seguir, no gráfico 16, apontam que 63,33% dos familiares aceitariam auxiliar “sempre” a escola, caso fossem convidados. No entanto, 20,00% aceitariam “muitas vezes”, 13,33% “poucas vezes” e 3,33% “nunca”.

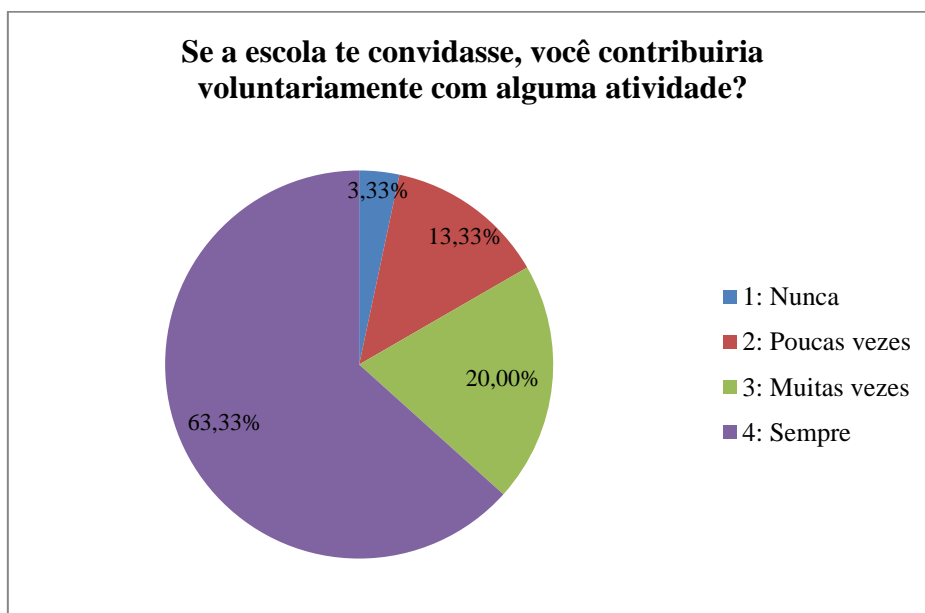


Gráfico 16: Apuração do interesse dos familiares em participar voluntariamente das atividades da escola, mediante convite.

Com relação à iniciativa dos pais em oferecerem auxílio à escola, o gráfico 17 aponta que 40,00% dos inquiridos ofertam ajuda “sempre”, 26,67% “muitas vezes”, 13,33% “poucas vezes” e 20,00% “nunca”.

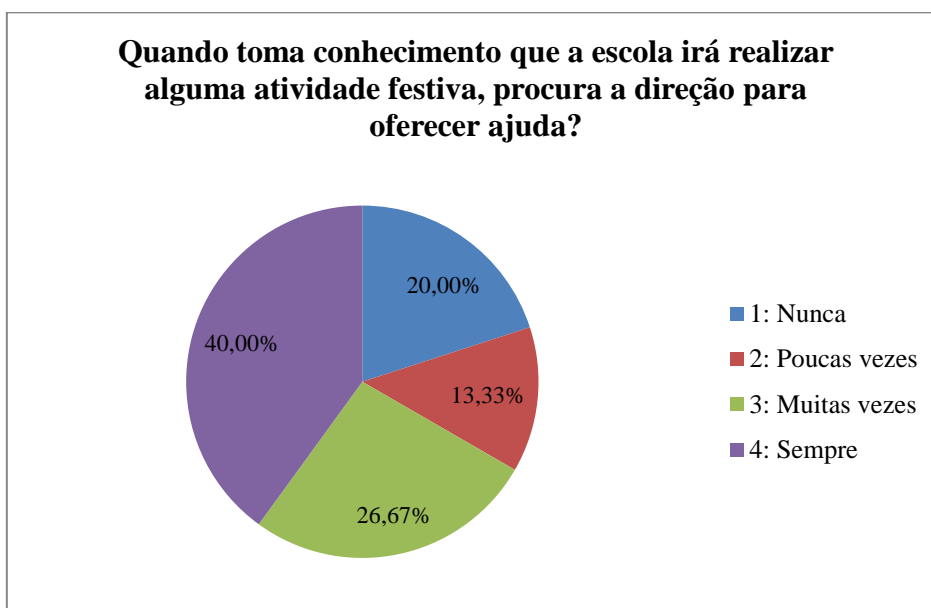


Gráfico 17: Apuração da iniciativa dos familiares em oferecer auxílio à escola.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Embora muitos familiares se disponibilizem a auxiliar a escola “sempre”, mais da metade dos inquiridos responderam que fazem isso com frequências menores.

Média percentual das respostas correspondentes às perguntas relacionadas à H3.

Respostas	Gráfico 11	Gráfico 12	Gráfico 13	Gráfico 14	Gráfico 15	Gráfico 16	Gráfico 17	Média
1: Nunca	0,00	36,67	0,00	0,00	3,33	3,33	20,00	9,05
2: Poucas vezes	3,33	30,00	3,33	16,67	13,33	13,33	13,33	13,33
3: Muitas vezes	13,33	20,00	3,33	20,00	16,67	20,00	26,67	17,14
4: Sempre	83,33	13,33	93,33	63,33	66,67	63,33	40,00	60,47

Tabela 8: Média percentual de aferição da H3.

Desta forma, a referida hipótese não se confirma, visto que em média apenas 9,05% responderam que “nunca” possuem atitudes positivas relacionadas à participação em decisões e ações da escola.

Os demais participantes apontaram ter atitudes que demonstram interesse em participar das ações no âmbito escolar, sendo que em média 13,33% alegaram ter essas atitudes “poucas vezes”, 17,14% o fazem “muitas vezes” e 60,47% “sempre”.

Porém, o quesito que tratou sobre o pronunciamento dos pais nas reuniões, merece ser destacado, pois infelizmente apenas 13,33% dos familiares alegaram fazer isso “sempre”. As demais respostas variaram bastante, sendo que a alternativa mais assinalada foi “nunca”, com 36,67%, como já foi citado.

Sobre a iniciativa dos familiares em oferecer ajuda a escola em alguma atividade festiva, menos da metade dos inquiridos, apenas 40,00% se prontificam “sempre”. As demais respostas variaram entre as outras opções.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

H4. As famílias se interessam sobre como é dia a dia dos filhos na escola.

Para esta hipótese foram elaboradas cinco perguntas, que tiveram como objetivo saber se os pais procuram tomar conhecimento sobre como é o dia a dia escolar dos seus filhos.

Os dados apresentados abaixo, por meio do gráfico 18, revela que a maioria das famílias busca saber o que o filho está estudando, sendo que 66,67% dizem que “sempre” buscam obter esse conhecimento, 23,33% fazem isso “muitas vezes”, 6,67% “poucas vezes” e 3,33% “nunca”.

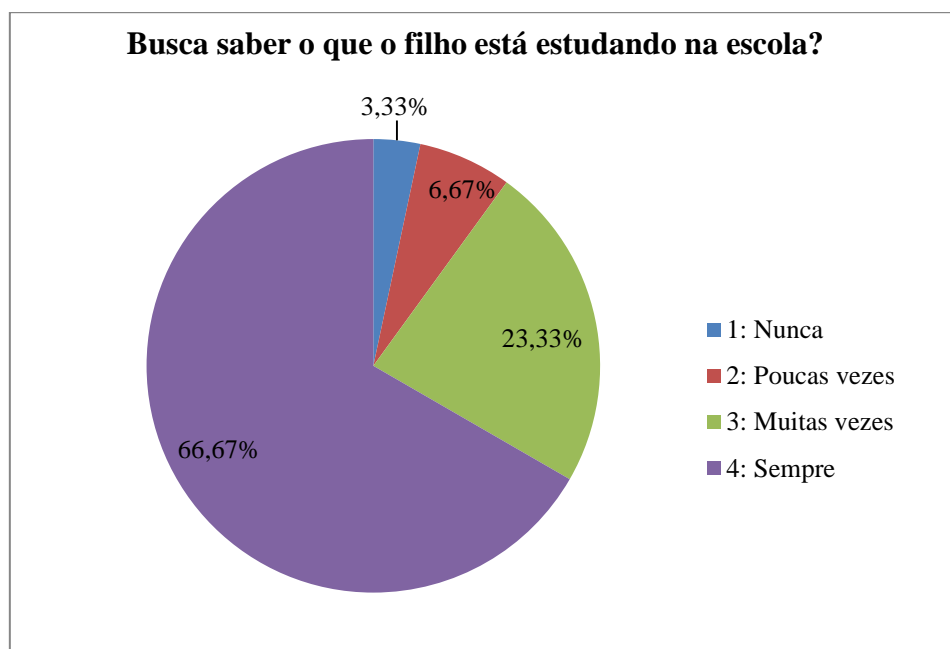


Gráfico 18: Apuração do interesse em saber o que o filho está estudando na escola.

Também foram elaboradas perguntas a fim de identificar se existe a preocupação dos pais em saber como é a relação interpessoal do seu filho com os professores, demais profissionais da escola e colegas. O resultado foi o seguinte:

O gráfico 19 aponta que 76,67% dos familiares “sempre” buscam saber sobre a relação dos seus filhos com os demais alunos da escola, 13,33% disseram que fazem isso “muitas vezes”, 6,67% “poucas vezes” e 3,33% “nunca”.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

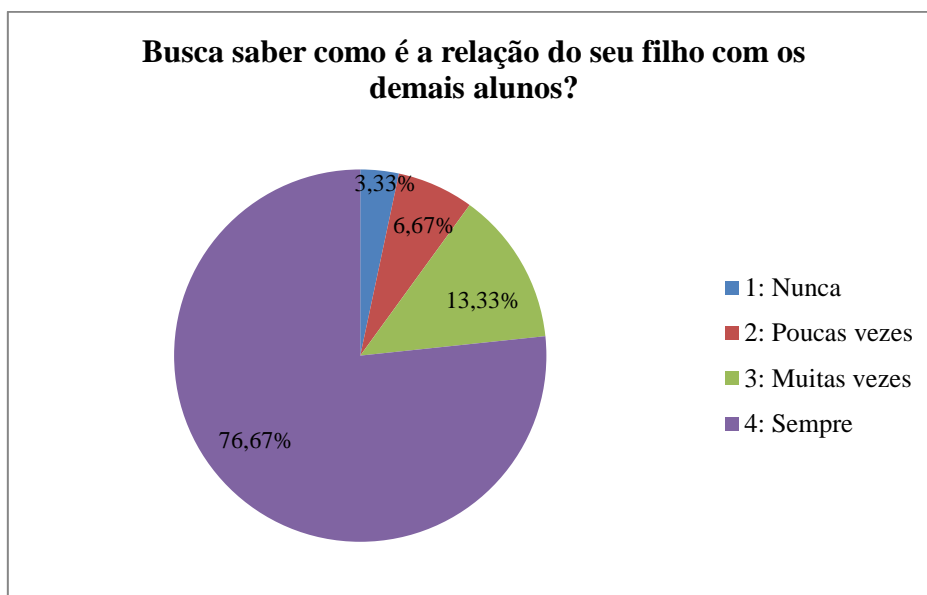


Gráfico 19: Apuração do interesse em saber como é a relação do filho com os demais alunos.

A seguir, o gráfico 20 indica que 76,67% dos familiares procuram saber “sempre” sobre como ocorre a relação interpessoal de suas crianças ou adolescentes com os professores e demais funcionários da escola. Apesar disso, 13,33% disseram que fazem isso “muitas vezes”, 6,67% “poucas vezes” e 3,33% “nunca”.

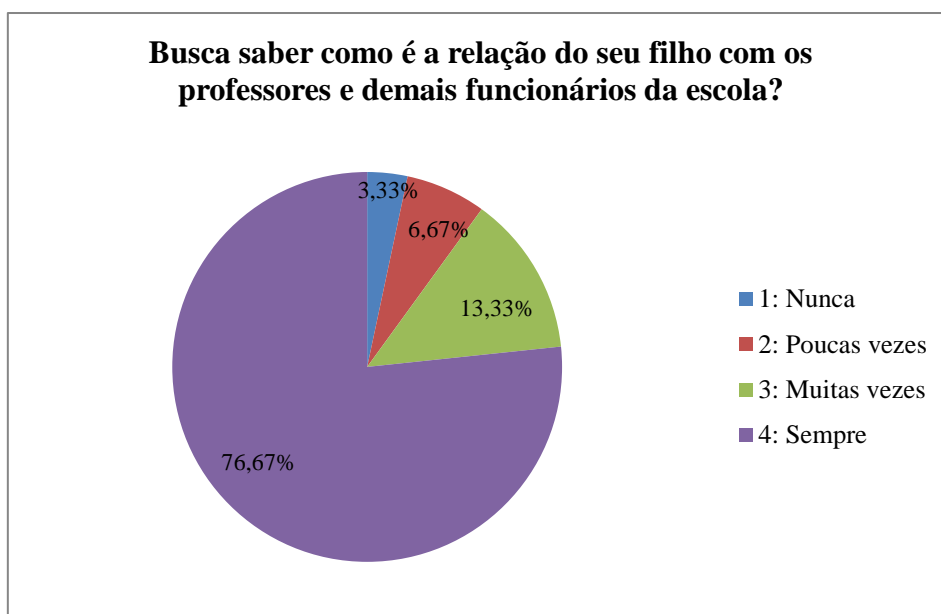


Gráfico 20: Apuração do interesse em saber como é a relação do filho com os professores e demais funcionários da escola.

Ficou também evidenciado no gráfico 21 que todos os familiares dialogam com suas criança e adolescentes, ainda que com frequência variada, pois 80,00% dos

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

familiares responderam que “sempre” conversam com os filhos sobre como foi o dia na escola, 13,33% o faz “muitas vezes” e 6,67% “poucas vezes”. Nenhum familiar assinalou a resposta “nunca”.

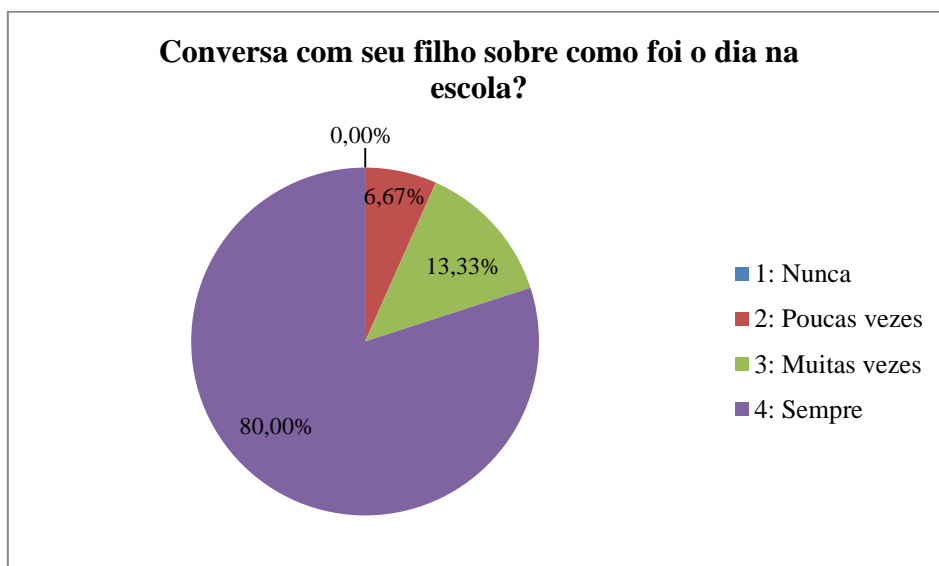


Gráfico 21: Apuração do diálogo com o filho sobre como foi o dia na escola.

De acordo com o gráfico 22, a maioria dos familiares, correspondente a 93,33%, procura saber “sempre” se existem problemas de indisciplina do filho no ambiente escolar, 3,33% disseram fazer isso “muitas vezes” e 3,33% “nunca” tiveram esta iniciativa. Cabe lembrar que nenhum familiar assinalou a resposta “poucas vezes”.

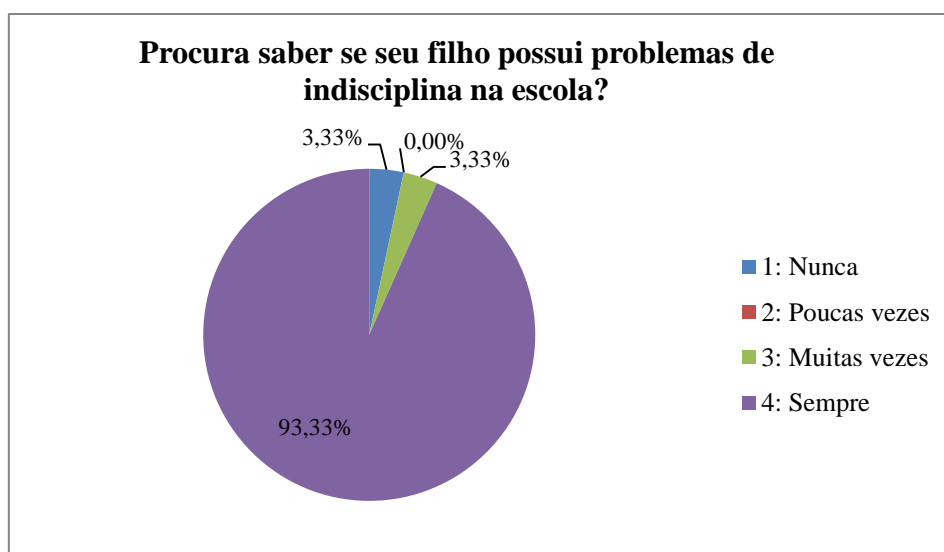


Gráfico 22: Apuração do interesse em buscar informações sobre problemas de indisciplina do filho na escola.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Média percentual das respostas correspondentes às perguntas relacionadas à H4.

Respostas	Gráfico 18	Gráfico 19	Gráfico 20	Gráfico 21	Gráfico 22	Média
1: Nunca	3,33	3,33	3,33	0,00	3,33	2,66
2: Poucas vezes	6,67	6,67	6,67	6,67	0,00	5,34
3: Muitas vezes	23,33	13,33	13,33	13,33	3,33	13,33
4: Sempre	66,67	76,67	76,67	80,00	93,33	78,67

Tabela 9: Média percentual de aferição da H4.

Os dados apresentados confirma a hipótese 4, visto que ficou evidente que a maior parte dos familiares tem interesse em conhecer como é o dia a dia escolar dos seus filhos, sendo que em média 78,67% demonstram “sempre” ter atitudes positivas neste quesito, 13,33% o fazem “muitas vezes”, 5,34% “poucas vezes” e apenas 2,66% “nunca”.

H5. As famílias se preocupam com o processo educacional dos filhos no cotidiano do lar.

A hipótese 5 foi avaliada por meio de quatro perguntas, que buscaram estimar a frequência com que os familiares observam se os filhos estão fazendo as tarefas de casa, se os ajudam, se possuem a preocupação com a organização dos horários dos filhos no dia a dia e se realizam atividades com os mesmos, que não são exigidas pela escola.

De acordo com os dados apresentados no gráfico 23, a respeito da realização de atividades com o filho em casa que não são exigidas pela escola, tais como: ler histórias, desenvolver brincadeiras que estimulam o raciocínio, memória, coordenação motora, entre outros, o resultado foi variado, sendo que a maior parte alega realizar estas atividades “sempre”, correspondendo a 36,67% dos participantes. Contudo, 23,33% fazem essas atividades “muitas vezes”, 33,33% “poucas vezes” e 6,67% “nunca” tiveram iniciativa para tais ações.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

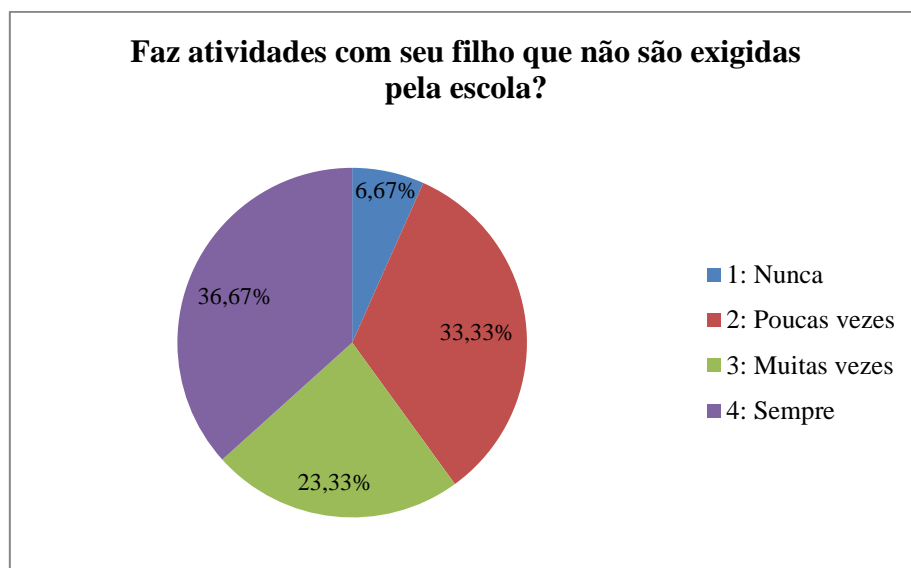


Gráfico 23: Apuração da realização de atividades com o filho, que não são exigidas pela escola.

No que tange a observação dos familiares com relação à realização das tarefas escolares pelos filhos, 93,33% disseram que ficam atentos “sempre”. Apesar disso, 3,33% demonstrou ter esta atenção “muitas vezes” e o mesmo percentual, 3,33%, “poucas vezes”. Contudo, nenhum familiar respondeu à alternativa “nunca” de acordo com o gráfico 24.

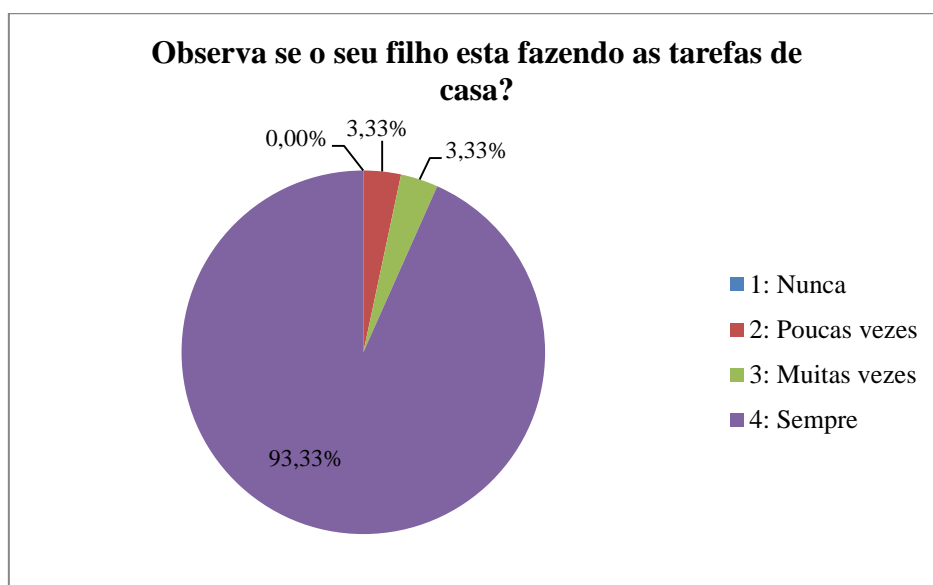


Gráfico 24: Apuração da observação quanto a realização das tarefas de casa pelo filho.

O gráfico 25 apresenta que todos os pais ajudam seus filhos nas tarefas de casa, porém, com frequências variadas, sendo que 83,33% dos familiares alegam “sempre”

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

auxiliar, 6,67% ajudam “muitas vezes” e 10,00% “poucas vezes”. Nenhum inquirido assinalou a resposta “nunca”.

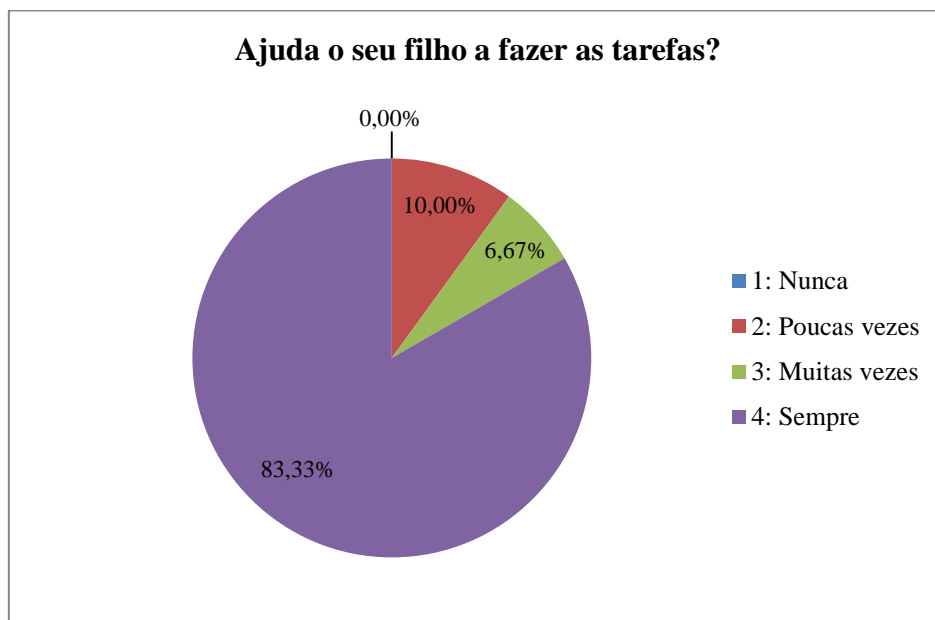


Gráfico 25: Apuração da ajuda que oferece ao filho na realização das tarefas de casa.

O gráfico 26 apresenta também que 60,00% dos pais ou responsáveis, “sempre” têm atitudes para auxiliar seus pupilos na organização da rotina diária, 33,33% fazem isso “muitas vezes” e 6,67% “poucas vezes”. Não houve respostas para a opção “nunca”.

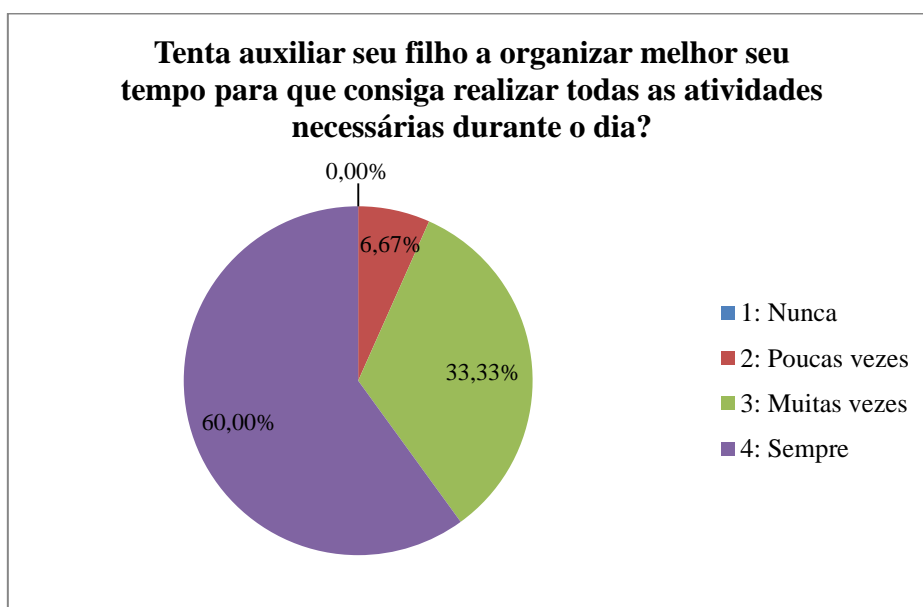


Gráfico 26: Apuração do auxílio na organização do tempo do filho, para a realização de todas as atividades diárias.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Média percentual das respostas correspondente às perguntas relacionadas à H5.

Respostas	Gráfico 23	Gráfico 24	Gráfico 25	Gráfico 26	Média
1: Nunca	6,67	0,00	0,00	0,00	1,67
2: Poucas vezes	33,33	3,33	10,00	6,67	13,33
3: Muitas vezes	23,33	3,33	6,67	33,33	16,67
4: Sempre	36,67	93,33	83,33	60,00	68,33

Tabela 10: Média percentual de aferição da H5.

A hipótese 5 se confirma, sendo que em média 68,33% dos inquiridos apontaram ter atitudes relacionadas a preocupação com o processo educacional dos filhos no cotidiano do lar, correspondendo a maior parte dos participantes. Apesar disso, em média 16,67% alegaram ter essas atitudes “muitas vezes”, 13,33% o fazem “poucas vezes” e 1,67% “nunca”.

Vale considerar que a maior parte das famílias se preocupa com o processo educacional dos filhos no cotidiano do lar, visto que houve um número expressivo de familiares que demonstraram ter atenção com as tarefas de casa, no entanto, nem todos os pais que ficam “sempre” atentos com a realização destas tarefas conseguem auxiliar seus filhos com a mesma frequência.

Outro ponto relevante é com relação à iniciativa dos pais em realizarem tarefas com os filhos sem a solicitação da escola, onde houve uma variação elevada de respostas com relação à frequência que isso ocorre, pois ainda que a resposta mais assinalada tenha sido “sempre”, houve um número significativo de participantes que alegam fazer isso com uma frequência menor e outros apontaram “nunca” ter tido esta iniciativa.

H6. As famílias estimulam os filhos a interagirem socialmente.

A hipótese 6 contou com duas perguntas para sua aferição. As referidas perguntas questionaram a respeito do incentivo dos familiares aos seus filhos para participarem de atividades de interação com a sociedade e com os colegas de turma, fora da escola.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Sobre o incentivo a participação dos filhos em atividades de interação com a sociedade, o gráfico 27 apontou que 70,00% dos familiares “sempre” incentivam esta interação, 10,00% fazem isso “muitas vezes”, 16,67% “poucas vezes” e 3,33% “nunca”.

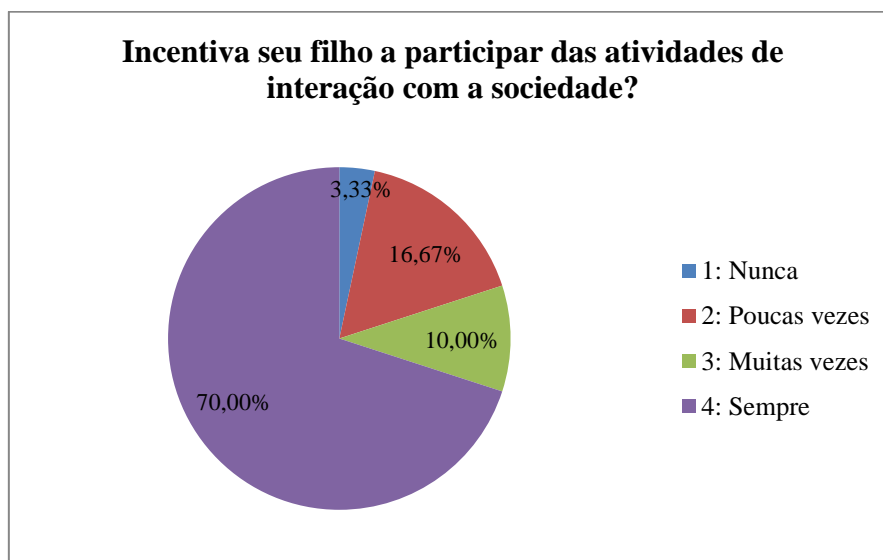


Gráfico 27: Apuração do incentivo a participação do filho em atividades de interação com a comunidade.

O gráfico 28 apresenta que 40,00% dos familiares, “sempre” estimulam o convívio dos seus filhos com os colegas de turma, em outros ambientes, fora da escola. No entanto, mais da metade dos inquiridos não o fazem “sempre”, sendo que 26,67% alegaram que “nunca” estimulam esse convívio, 23,33% o faz “poucas vezes” e apenas 10,00% oferecem esse estímulo “muitas vezes”.

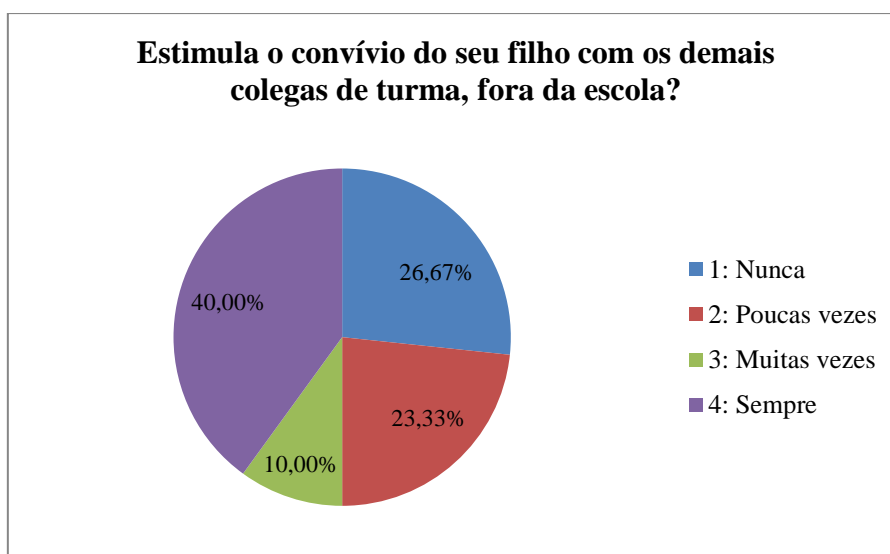


Gráfico 28: Apuração do estímulo ao convívio do filho com os colegas da turma, fora da escola.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Média percentual das respostas correspondente às perguntas relacionadas à H6.

Respostas	Pergunta 27	Pergunta 28	Média
1: Nunca	3,33	26,67	15,00
2: Poucas vezes	16,67	23,33	20,00
3: Muitas vezes	10,00	10,00	10,00
4: Sempre	70,00	40,00	55,00

Tabela 11: Média percentual de aferição da H6.

Diante dos dados apresentados, a hipótese se confirma já que a maior parte dos participantes da pesquisa, em média 55,00%, alegou oferecer “sempre” o estímulo à convivência social dos filhos, no entanto este não é um percentual alto, pois os dados apontam que pode haver um receio com relação a este estímulo, visto que em média 10,00% o fazem “muitas vezes”, 20,00% “poucas vezes” e 15,00% “nunca”.

Os dados que tratam sobre o estímulo dos pais para a convivência dos filhos com os demais colegas de turma fora da escola merecem atenção, pois menos da metade dos inquiridos, responderam que estimulam essas atividades “sempre”, correspondendo a 40,00% dos familiares. Os demais familiares variaram suas respostas, no entanto 26,67% apontaram que “nunca” têm esta atitude.

H7. As famílias incentivam seus filhos a avançarem.

Para avaliar esta hipótese foram elaboradas duas perguntas a fim de averiguar a frequência com que os familiares valorizam os acertos e avanços no aprendizado dos filhos e os encorajam a persistirem nas atividades que demonstram dificuldade no cotidiano.

De acordo com os dados a seguir, por meio do gráfico 29, fica evidente que os familiares têm atitudes que valorizam e demonstram os acertos e avanços dos filhos no aprendizado, sendo que a maioria, 83,33%, apontaram fazer isso “sempre”, 13,33% “muitas vezes” e 3,33% “poucas vezes”. Cabe ressaltar que nenhum dos familiares alegou “nunca” ter tido esse tipo de atitude com suas crianças e adolescentes.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Isso evidencia a preocupação dos familiares com relação a esse quesito e a iniciativa de demonstrarem reconhecimento aos seus filhos com relação aos seus avanços e superações.

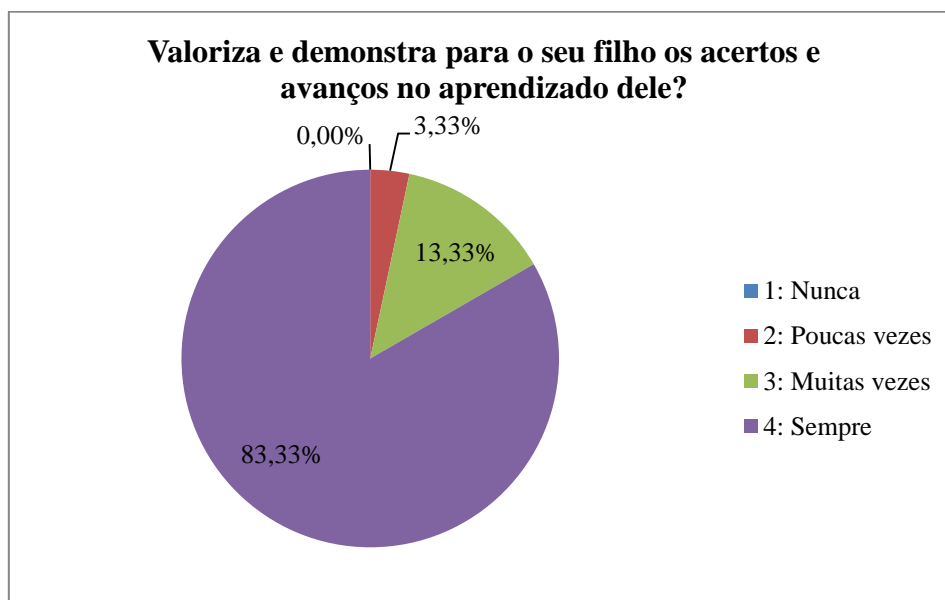


Gráfico 29: Apuração da valorização dos avanços no aprendizado do filho.

Sobre o encorajamento e motivação que os familiares transmitem aos seus filhos para persistirem nas atividades que apresentam dificuldades, o gráfico 30 indica que 83,33% têm esta atitude “sempre”, 13,33% “muitas vezes” e 3,33% “poucas vezes”. Não houve respostas para a opção “nunca”.

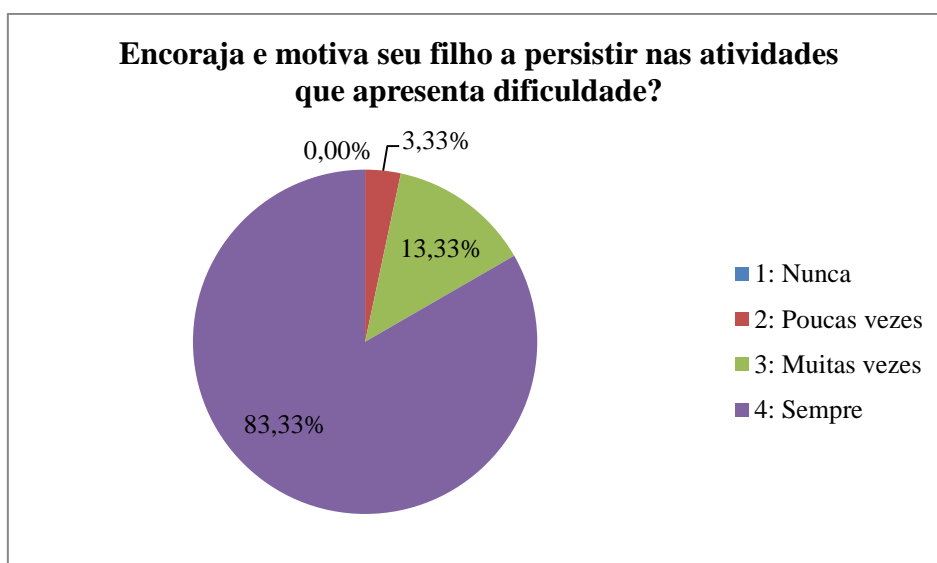


Gráfico 30: Apuração do encorajamento e valorização para que os filhos persistam nas atividades que demonstram dificuldade.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Média percentual das respostas correspondente às perguntas relacionadas à H7.

Respostas	Pergunta 29	Pergunta 30	Média
1: Nunca	0,00	0,00	0,00
2: Poucas vezes	3,33	3,33	3,33
3: Muitas vezes	13,33	13,33	13,33
4: Sempre	83,33	83,33	83,33

Tabela 12: Média percentual de aferição da H7.

Diante dos resultados apresentados, pode-se dizer que esta hipótese se confirma, uma vez que em média 83,33% dos inquiridos alegaram ter atitudes positivas a respeito da valorização e o encorajamento dos seus filhos com relação a aprendizagem, com uma alta frequência, “sempre”. Os demais, embora faça isso com uma frequência menor, também não o deixam de fazer.

A pesquisa demonstrou que a maior parte dos familiares tem participado no processo educacional dos seus filhos com uma frequência elevada. Apesar disso, também foram evidenciadas fragilidades. Mediante os dados aqui apresentados, acreditamos que o resultado desta pesquisa é um contributo para o aprofundamento deste tema que poderá colaborar para uma reflexão acerca do assunto.

V- DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Neste momento discutiremos a síntese dos resultados da pesquisa e confrontaremos com a bibliografia estudada a fim de confirmar as conclusões identificadas no resultado da pesquisa.

No que se refere aos cuidados básicos que as famílias têm com seus filhos, inclusive no que diz respeito ao preparo dos mesmos para frequentar a escola, tais como: atenção para que a criança ou adolescente vá à aula no horário correto e com a vestimenta e higiene adequada, a pesquisa demonstrou que os familiares têm esses cuidados com grande frequência, assumindo assim seu papel protetivo, inerente a função da família, aludido por diversos autores, tais como: Parolin (2010), Serrano (2007) e Ventura (2014).

Nesta vertente, esses cuidados são intrínsecos à família. Melchiori et al. (2014) cita que dentre as diversas etapas do desenvolvimento familiar, a família se vê diante da presença dos filhos pequenos com a responsabilidade de realizar algumas tarefas, tais como: ensinar, educar, prover financeiramente, passar valores, coordenar as tarefas diárias como banhar, alimentar, vestir, trocar, fazer dormir, evitar que se machuquem, acompanhar o desenvolvimento escolar, entre outras.

Cabe à família cuidar, proteger e influenciar suas crianças com relação a suas atitudes e comportamentos, seguindo esta linha, Almeida descreve que:

A criança ao nascer é inserida na sociedade pela influência das famílias, e assim acaba por incorporar a cultura que a cerca, a qual engloba modelos de valores, morais, crenças, religião e ideais, que lhe serve como base de comportamento (2014, p. 16).

Essas atitudes são benéficas ao desenvolvimento do indivíduo e é uma atribuição familiar importante.

A pesquisa também apontou que as famílias se importam com as normas e regras da escola, contrariando a hipótese que tínhamos, pois, grande parte dos participantes

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

demonstrou ter preocupação com relação a este quesito, no que tange a busca de informações sobre as normas e regras da escola e ao respeito e orientação dos filhos para acatar as mesmas.

A pesquisa indica uma atitude positiva dos familiares participantes, visto que as normas e regras escolares são importantes e necessárias para o bom desempenho do aluno e para a convivência social, por isso é importante que os pais acatem as mesmas e orientem seus filhos para fazerem o mesmo.

Para cumprir sua tarefa, a escola necessita que a família entregue o aprendiz e abra mão de tê-lo como filho durante o tempo em que está na escola. Reafirmando, na escola, ele é aluno e em casa ele é filho e, como aluno, ele necessita inteirar-se dos códigos e regras do fato de ser aluno (Parolin, 2010, p. 110).

Com relação aos pais também respeitarem as normas e regras da escola, é fundamental, pois como já vimos, os pais influenciam os filhos. A influência familiar é mencionada por Ventura (2014) e Lazzaretti e Freitas (2016).

A respeito da participação em ações e decisões escolares, a maioria das famílias costuma participar, ainda que com frequências diversas, contrariando a hipótese inicial.

Nesta vertente ficou evidenciado que os pais ou responsáveis, em sua maioria, sempre atendem ao chamado da escola e comparecem quando convocados, participando dos eventos e das decisões da escola quando é dado espaço, desempenhando sua responsabilidade e demonstrando interesse para com os assuntos que dizem respeito à vida escolar dos seus filhos. No entanto menos da metade dos familiares indicaram ter sempre a iniciativa de oferecer ajuda a escola em algum evento.

Para Almeida (2014) a escola deve criar oportunidades e incentivar a participação dos pais na vida escolar de seus filhos de forma efetiva, criando meios para que a família se sinta confortável para isso.

Referente à participação familiar nas reuniões de pais, os dados indicam que todos os responsáveis pelos alunos participam desses eventos, ainda que alguns não

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

compareçam sempre. No entanto, no que diz respeito à frequência que os mesmos se pronunciam nestas ocasiões, a resposta mais sinalizada foi “nunca”, evidenciando a dificuldade dos familiares em participar efetivamente desses momentos, não apenas com sua presença física, mas verbalizando suas dúvidas, sugestões, elogios ou reclamações.

Neste sentido, a participação comunitária e familiar na escola fica comprometida, pois somente a presença física não traz contribuição para o aperfeiçoamento no processo educacional. O envolvimento parental no âmbito escolar é considerado importante por diversos autores, tais como: Amaro (2012), Serrano (2007) e Almeida (2014).

Para Amaro (2012), a escola que dialoga com a comunidade, incluindo os pais, se fortalece e amplia horizontes, e esta integração tem sido estimulada, pois este processo é benéfico para ambas às partes, escola e comunidade. No entanto, Almeida (2014) acredita que para uma relação de confiança é preciso um trabalho em conjunto entre escola e família, para que a comunicação aconteça de maneira eficaz

Com relação à partilha da informação, Serrano (2007), também menciona que a escola deve se comunicar com os familiares sem a utilização de termos técnicos, o diálogo deve atender as necessidades do receptor e considerar as diferentes linguagens utilizadas pelas famílias.

Talvez, esse seja um caminho para melhorar a participação dos familiares, os deixando mais à vontade para se expressar.

Identificamos também que a maior parte das famílias se interessa em saber como é o dia a dia dos filhos na escola. Neste contexto a pesquisa demonstrou que os familiares tendem a ter interesse e preocupação em saber sobre o conteúdo educacional repassado aos filhos pela escola.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

No que diz respeito à preocupação dos familiares sobre como é o relacionamento interpessoal dos seus filhos, com os demais alunos, professores e funcionários da escola, ficou evidenciado que as famílias, em sua maioria, buscam saber sobre o assunto.

No que se refere ao interesse da família em saber o que acontece no dia a dia escolar, todos responderam que conversam com seus filhos sobre como foi o dia de aula, e a maior parte das famílias fazem isso com elevada frequência.

Sobre a preocupação dos familiares no que concerne a indisciplina dos filhos na escola, a maior parte dos pais expôs que buscam saber se seus pupilos são disciplinados.

Esses dados são importantes e indicam preocupação e interesse dos familiares com o que os filhos estão vivenciando no ambiente escolar.

Percebe-se desta forma que a família possui papel decisivo na educação formal e informal, pois, além de refletir os problemas da sociedade, absorve valores éticos e humanitários e aprofunda os laços de solidariedade. Portanto, é indispensável à participação da família na vida escolar dos filhos, pois crianças que percebem que seus pais e/ou responsáveis estão acompanhando de perto tudo o que está acontecendo, que estão verificando o rendimento escolar – perguntando como foram às aulas, questionando as tarefas etc. – tendem a se sentir mais segura e, em consequência dessas atitudes por parte da família, apresentam melhor desempenho nas atividades escolares (Souza, 2009, p. 14 e 15).

O envolvimento parental no processo educacional de seus pupilos tem como um dos seus objetivos justamente aproximar a família da escola e trocar informações, pois a educação das crianças e adolescentes é uma preocupação de ambos.

Os pais devem envolver-se na educação dos filhos também na escola. Foi-se o tempo em que os pais abandonavam filhos na escola dizendo que a partir daí a escola era responsável pela educação deles. A educação dos filhos é uma preocupação dos pais e educadores. A influência que os filhos sofrem junto aos meios de comunicação, junto aos amigos e junto a escola leva-nos a concluir que este processo educativo é um componente importante na formação de cada filho. Os pais têm uma ferramenta que, se for bem direcionada, poderá resultar em dividendos para todos-filhos, escola, amigos e pais (Picanço, 2012, p. 43).

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Os dados também apontam que as famílias se preocupam com o processo educacional dos filhos no cotidiano do lar, pois todos os familiares responderam que observam a realização das lições de casa pelos seus filhos e os auxiliam nestas tarefas, ainda que com frequências variadas. No entanto, foi evidenciado que nem todos os pais que sempre estão atentos à realização das tarefas de casa, conseguem auxiliar seus filhos na mesma frequência.

Ainda sobre a participação familiar nas atividades educacionais no lar, nem todos os familiares têm a iniciativa de desenvolver com grande frequência atividades educativas com seus filhos, sem que a escola tenha solicitado, pois houve uma grande variedade de respostas, apontando frequências distintas para a realização deste ato.

Foi evidenciado também que as famílias se preocupam em organizar o tempo dos filhos para a realização das atividades importantes do dia a dia, ainda que nem sempre consigam fazer isso com grande frequência. Apesar disso, demonstram interesse com a organização do tempo de seus pupilos.

Para Almeida (2014) a preocupação da família com o processo educacional dos filhos no cotidiano do lar é importante e se faz necessária, uma vez que este também é um ambiente estimulador para as crianças e adolescentes, pois o conhecimento e aprendizagem não ocorrem apenas na escola.

A rotina e organização do tempo é um factor importante para a realização de todas as atividades importantes para a criança e o adolescente, como, por exemplo, a realização da lição de casa, onde Parolin menciona:

O papel da família diante da tarefa de casa é dar apoio, é criar rotinas, é dar espaço, oferecer materiais, potencializar esse momento, para que o aluno aprenda a pensar, a discernir, a escolher, a priorizar, enfim, a resolver problemas (2010, p. 49).

Parolin (2010) aborda ainda a necessidade e a importância do momento de brincar, que faz parte do desenvolvimento, a brincadeira faz com que a criança entenda

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

seu mundo, se expresse, se socialize e se organize. As brincadeiras são fundamentais para um desenvolvimento sadio e adequado.

No que se refere à interação social das crianças e adolescentes com NEE, as famílias se mostraram receosas, pois apesar da maioria dos familiares responderem que incentivam os filhos a participarem de atividades de interação com a comunidade, o estímulo ao convívio dos filhos com os colegas de turma, fora da ambiente escolar é baixo, uma vez que apenas 40,00% dos familiares disseram que oferecem esse estímulo “sempre”. Os outros 60,00% se dividiram entre as demais respostas, sendo que 26,67% alegaram “nunca” ter esta atitude.

Este dado preocupa, pois, a interação social é fundamental, para Almeida:

Não podemos esquecer que a aprendizagem da criança não acontece apenas em um ambiente, ela esta aprendendo em todo o momento, ao entrar em contato com outras pessoas e presenciando diversas situações, pois são nestas circunstâncias que ela pode aplicar o que aprendeu tanto em casa como na escola (2012, p. 21).

Para Picanço (2012) é a família que exerce o papel de mediadora entre seu filho e a sociedade, possibilitando a sua socialização que é essencial para o desenvolvimento cognitivo.

No que concerne o incentivo dos familiares sobre o avanço de seus filhos, o resultado foi positivo, onde ficou evidenciado que os pais ou responsáveis demonstram para seus pupilos os acertos e avanços, além de encorajá-los e motivá-los a persistirem nas atividades que apresentam dificuldades. A grande parte dos familiares faz isso “sempre” ou “muitas vezes”.

Isso vai de encontro com o que Parolin descreve:

A família deve constituir num núcleo duradouro, mas que aceite mudanças; um núcleo efetivo e funcional em que cada um cuide de si e do outro, compreendendo o outro como um ser inteiro e dotado de inteligência e desejos próprios; um núcleo que promova pertencimento, mas que, ao mesmo tempo, possibilite a individualização (2010, p. 27).

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Serrano também cita sobre a importância do apoio da família:

As crianças, cujas interações com seus pais envolvem apoio, sensibilidade e resposta às suas necessidades, geralmente desenvolvem expectativas positivas acerca da possibilidade dos outros para providenciarem apoio. Pelo contrário, as crianças, cujas necessidades de apoio não são satisfeitas através das pessoas que lhes estão mais próximas, desenvolvem uma opinião geral sobre os outros como estando relutantes ou sendo incapazes de as ajudarem a suprir as suas necessidades (2007, p. 80).

Mediante o resultado da pesquisa foi possível conhecer como se dá o envolvimento familiar no processo educacional dos filhos com NEE de quatro a dezessete anos, na perspectiva dos familiares, onde identificamos que a maioria dos participantes possuem atitudes e intenções positivas no que diz respeito a sua participação no processo educacional dos filhos, participando com frequência da maior parte das ações questionadas. No entanto, ainda existem aspectos que precisam ser aperfeiçoados para uma efetiva participação familiar, pois os dados desta pesquisa apontaram diversas potencialidades e algumas fragilidades no envolvimento parental, além disso, nos surpreendeu com algumas hipóteses que não foram confirmadas. Apesar disso, ainda há muito que se fazer para intensificar e fortalecer a parceria família-escola.

Contudo, este estudo não pode ser generalizado, tendo em conta o tamanho da amostra e o facto de se ter realizado numa instituição apenas. Para melhor compreender o que pensam as famílias, numa próxima investigação será importante utilizar outro tipo de instrumentos (entrevistas semiestruturadas) para um estudo em profundidade sobre o que pensam os participantes.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

VI. BIBLIOGRAFIA

Afonso, J. A. e Afonso, J. A. M. M. (2005). A educação especial em Portugal. Uma memória do movimento associativo dos pais de cidadãos deficientes: as Cooperativas de Educação e Reabilitação (CERCIS). *Educar*, 25, pp. 257-274. [Em linha]. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n25/n25a15.pdf>>. [Consultado em 10/11/2018].

Almeida, A. I. M. (2012). A família e a intervenção educativa face à criança com NEE. [Em linha]. Disponível em <<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2712/TESE%20ANA%20%20A%20fam%c3%adlia%20e%20a%20interven%c3%a7%c3%a3o%20educativa%20face%20%c3%a0%20crian%c3%a7a%20NEE.pdf?sequence=1>>. [Consultado em 30/11/2018].

Almeida, E. B. (2014). A relação entre pais e escola: a influência da família no desempenho escolar do aluno. [Em linha]. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000943944>>. [Consultado em 15/02/2019].

Amaro, S. (2012). *Serviço Social na Educação: bases para o trabalho profissional*. Florianópolis, Editora da UFSC.

Bazon, F. V. M. e Masini, E. A. F. S. (2011). A interface entre família e escola no processo de inclusão de crianças com deficiência visual. *VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial*, pp. 1079-1091. [Em linha]. Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/familia/102-2011.pdf>>. [Consultado em 10/10/2018].

Borges, I. M. M. O. (2011). A Educação Especial na Esfera Pública em Portugal: Análise dos Debates em Torno das Recentes Medidas de Política Educativa. [Em linha]. Disponível em <<https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/1220/1/A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial%20na%20Esfera%20P%C3%ABblica%20em%20Portugal.pdf>>. [Consultado em 10/12/2018].

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica. (2011). Parecer n.º17, de 03 de julho de 2011. [Em linha]. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/parecer17.pdf>>. [Consultado em 19/10/2018].

Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica. (2009). Resolução n.º4, de 02 de outubro de 2009. [Em linha]. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. [Consultado em 19/10/2018].

Capellini, V. L. M. F. e Mendes, E. G. (2001). História da Educação Especial: Em busca de um espaço na história da Educação Brasileira. [Em linha]. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/V/Vera%20lucia%20messias%20fialho%20capellini.pdf> [Consultado em 12/10/2018].

Chacon, M. C. M. (2011). Aspectos relacionais, familiares, e sociais da Relação pai-filho com deficiência física. *Revista Brasileira Educação*, 17, pp. 441-458. [Em linha]. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v17n3/v17n3a07.pdf>>. [Consultado em 23/03/2019].

Fernandes, P. (2013). Políticas de educação especial em Portugal: uma análise a partir de um quadro de referência Europeu. *Acta Scientiarum. Education*, 35, pp. 201-211. [Em linha]. Disponível em <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/download/21042/11792>>. [Consultado em 01/03/2019].

Junior, G. A. F. e Messa, A. A. (2007). Pais, filhos e deficiência: Estudos sobre as relações familiares. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27 (2), pp. 236-245. [Em Linha]. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n2/v27n2a06.pdf>>. [Consultado em 20/02/2019].

Lazzaretti, B. e Freitas, A. S. (2016). Família e Escola: O processo de inclusão escolar de crianças com deficiência. *Caderno Intersaberes*, 5, pp. 1-13. [Em linha]. Disponível em <<https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/intersaberes/article/download/376/381>>. [Consultado em 10/10/2018].

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Maturana, A. P. P. M. e Cia, F. (2015). Educação Especial e a Relação Família – Escola: Análise da produção científica de teses e dissertações. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 19, pp. 349-358. [Em linha]. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v19n2/2175-3539-pee-19-02-00349.pdf>>. [Consultado em 10/11/2018].

Melchiori, L. E., Rodrigues, O. P. R. e Maia, A. C. B. (2014). Escola e família: uma parceria possível e necessária. [Em linha]. Disponível em <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155339/3/unesp-nead_reei1_ee_d06_s03_texto03.pdf>. [Consultado em 20/10/2018].

Ministério da Educação. (2019). Censo Escolar. [Em linha]. Disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf>. [Consultado em 15/03/2019].

Ministério da Educação. (2018). Decreto-Lei n.º 54, de 06 de julho de 2018. [Em linha]. Disponível em <<https://dre.pt/home/-/dre/115652961/details/maximized>>. [Consultado em 21/01/2019].

Ministério da Educação. (2008). Decreto-Lei n.º 281, de 06 de outubro de 2009. [Em linha]. Disponível em <<http://ucccb.pt/wp-content/uploads/2014/04/Decreto-Lei-nº281-2009-de-6-de-outubro.pdf>>. [Consultado em 01/03/2019].

Ministério da Educação. (2014). Plano Nacional de Educação. [Em linha]. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. [Consultado em 19/10/2018].

Ministério do Desenvolvimento Social. (2004). Plano Nacional de Assistência Social. [Em linha]. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. [Consultado em 22/10/2018].

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Miranda, A. A. B. (2003). História, deficiência e Educação Especial. [Em linha]. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf>. [Consultado em 11/10/2018].

Parolin, I. (2010). *Professores formadores: a relação entre família, a escola e a aprendizagem*. São José dos Campos, Pulso Editora.

Picanço, A. L. B. (2012). A relação entre escola e família - as suas implicações no processo de ensino-aprendizagem. [Em linha]. Disponível em <<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2264/1/AnaPicanco.pdf>>. [Consultado em 10/02/2019].

Resende, T. F. e Silva. G. F. (2016). A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014). *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 24, pp. 30-58. [Em linha]. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v24n90/1809-4465-ensaio-24-90-0030.pdf>>. [Consultado em 10/01/2019].

Rodrigues, D. (2016). Um olhar sobre a educação inclusiva em Portugal. [Em linha]. Disponível em <<https://www.diversa.org.br/artigos/um-olhar-sobre-a-educacao-inclusiva-em-portugal/>>. [Consultado em 20/06/2018].

Rodrigues, D. e Nogueira, J. (2011). Educação Especial e Inclusiva em Portugal: fatos e opções. *Rev. Bras*, 17, pp. 3-20. [Em linha]. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v17n1/v17n1a02.pdf>>. [Consultado em 11/10/2018].

Rodrigues, O. M. P. R, Rolim, O. M. P. (2008). Educação Especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente. Bauru. [Em linha]. Disponível em <<http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/Livro2.pdf>>. [Consultado em 20/06/2018].

Rogalski, S. M. (2010). Histórico do Surgimento da Educação Especial. *REI Revista de Educação do Ideau*, 5, pp. 1-13. [Em linha]. Disponível em <https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168_1.pdf>. [Consultado em 24/06/2018].

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Santos, T. (2016). *Educação Inclusiva*. Londrina, Editora e Distribuidora Educacional S. A.

Sassaki, R. K. (1997). *Inclusão./Construindo uma sociedade pra todos*. Rio de Janeiro, WVA.

Senado Federal. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. [Em linha]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. [Consultado em 18/10/2018].

Senado Federal. (2015). *Lei n.º 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência*. Brasília, Coordenação de Edições Técnicas.

Senado Federal. (2016). *Lei n.º 13.257/2016 - Lei da Primeira Infância*. Brasília, Artecó Gráfica e Editora Ltda.

Senado Federal. (1996). *Lei n.º 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Brasília.

Serrano, A. M. (2007). *Redes Sociais de Apoio e sua Relevância para a Intervenção Precoce*. Porto, Porto Editora.

Silva, M. O. E. (2009). Da Exclusão a Inclusão: Concepções e Práticas. *Revista Lusófona de Educação*, 13, p. 135-153. [Em linha]. Disponível em <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n13/13a09.pdf>>. [Consultado em 01/03/2019].

Simões, C. (2014). *Curso de Direito do Serviço Social*. São Paulo, Cortez.

Sousa, A. B. (2005). *Investigação em Educação*. Lisboa, Livros Horizonte.

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Souza, M. E. P. (2009). Família/escola: a importância dessa relação no desempenho escolar. [Em linha]. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf>>. [Consultado em 15/02/2019].

Trigueiro, R. M. *et alii*. (2014). *Metodologia Científica*. Londrina, Editora e Distribuidora Educacional S. A.

UNESCO, (1994). Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. [Em linha]. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. [Consultado em 19/06/2018].

Ventura, T. (2014). *Crianças especiais. Educação Inclusiva. Investigando como se educa*. Portugal, Nota de Rodapé Edições.

Walber, V. B. e Silva, R. N. (2006). As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão?. *Estudos de Psicologia*, 23(1), pp. 29-37. [Em linha]. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n1/v23n1a04.pdf>>. [Consultado em 20/10/2018].

Zanella, T. (2014). Percursos Marcantes na História das Políticas de Educação Especial na Perspectiva: Atendimento Educacional Especializado. *Colóquio Internacional de Educação*, 2(1), pp. 529-539. [Em linha]. Disponível em <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/coloquiointernacional/article/view/5129/3187>>. [Consultado em 23/06/2018].

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

ANEXOS

Anexo 1: Pedido de Autorização (modelo aplicado ao diretor da instituição)

Anexo 2: Declaração de Consentimento Informado (Modelo aplicado a todos os familiares que participaram da pesquisa)

Anexo 3: Questionário aplicado aos familiares

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Anexo 1: Pedido de Autorização (modelo aplicado ao diretor da instituição)

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

O envolvimento familiar na educação especial de crianças e adolescentes com

NEE: como se dá a participação dos pais.

Eu, Elisabete de Oliveira Colete Diretora da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Chapadão do Sul - MS, autorizo que a aluna, do curso de Mestrado em Ciências da Educação – Educação Especial, da Universidade Fernando Pessoa – UFP, Sr^a Kamila Galvão Barreto Ferreira, realize sua pesquisa nesta instituição, com as famílias dos alunos. Declaro que compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se tenciona realizar. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objectivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em autorizar a realização da pesquisa nesta instituição.

Data: 10/08 / 2018

Assinatura do diretor da instituição: _____

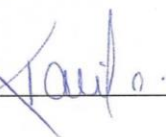


O investigador responsável:

Nome: Kamila Galvão Barreto Ferreira

Centro Educacional Chapadão do Sul
Elisabete de oliveira Colete
Diretora ATA 003/2001

Assinatura: _____



Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Anexo 2: Declaração de Consentimento Informado (Modelo aplicado a todos os familiares que participaram da pesquisa)

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

O envolvimento familiar na educação especial de crianças e adolescentes com NEE: como se dá a participação dos pais.

Eu, abaixo-assinado, (nome completo do participante no estudo) _____

_____ ,
compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que serei incluído. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objectivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: ____/____/2018

Assinatura do participante no projecto: _____

O investigador responsável:

Nome: Kamila Galvão Barreto Ferreira

Assinatura:  _____

Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.

Anexo 3: Questionário aplicado aos familiares



Mestrado em Ciências da Educação: Educação Especial

Questionário semi – estruturado

O envolvimento familiar na educação especial de crianças e adolescentes com NEE: como se dá a participação dos pais.

Informe: Este questionário tem como objetivo colher informações com relação à visão dos pais (ou responsáveis legais) das crianças e adolescentes com Necessidades Educacionais Especiais - NEE, sobre o envolvimento familiar no processo educacional. As informações colhidas neste questionário serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, que contribuirão com uma pesquisa de Mestrado em Ciências da Educação: Educação Especial da Universidade Fernando Pessoa.

Questionário Sociodemográfico

Dados do participante (pais ou responsável legal):

1 – Gênero:

() feminino

() masculino

2 – Faixa etária:

() < 18

() 18 a 29 anos

() 30 a 59 anos

() > 60 anos

3 – Estado Civil:

() solteiro

() casado

() união de facto

() separado

() viúvo

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.



Mestrado em Ciências da Educação: Educação Especial

4 – Renda Familiar¹:

- até 1 salário mínimo
- 1 a 3 salários mínimos
- 3 a 5 salários mínimos
- 5 a 7 salários mínimos
- acima de 7 salários mínimos

5 - Grau de escolaridade:

- ensino fundamental incompleto
- ensino fundamental completo
- ensino médio incompleto
- ensino médio completo
- nível superior completo

¹ Correspondência de um salário mínimo em Euros: €580,00

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.



Mestrado em Ciências da Educação: Educação Especial

Questionário de estudo

Instruções: Abaixo se encontra um conjunto de perguntas relativas ao envolvimento familiar no processo educacional dos filhos com Necessidades Educativas Especiais - NEE. Para cada uma das perguntas existe uma escala de respostas de 01 a 04, que significa:

01: nunca;

02: poucas vezes;

03: muitas vezes;

04: sempre.

Assinale o "X" na resposta que considera mais próxima da sua realidade.

Não há respostas certas ou erradas, se espera que os questionamentos sejam respondidos com a maior sinceridade possível. É importante que você responda a todas as questões.

	Perguntas	1	2	3	4
01	Toma cuidado para que seu filho chegue à escola no horário correto?				
02	Prepara seu filho para ir à escola com a vestimenta adequada?				
03	Prepara seu filho para ir à escola com a higiene adequada?				
04	Busca informações sobre o funcionamento e normas da escola?				
05	Respeita e orienta seu filho a acatar as normas e regras da escola?				
06	Participa das reuniões de pais?				
07	Pronuncia-se na reunião dos pais, questionando e dando sugestões?				
08	Vai à escola quando é chamado?				
09	Participa de atividades festivas oferecidas pela escola (apresentações culturais, esportivas, festa junina, dia dos pais e das mães, festas abertas para a comunidade, entre outras)?				
10	Busca saber o que seu filho está estudando na escola?				

O ENVOLVIMENTO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NEE: Como se dá a participação dos pais.



Mestrado em Ciências da Educação: Educação Especial

11	Busca saber como é a relação do seu filho com os demais alunos?				
12	Busca saber como é a relação do seu filho com os professores e demais funcionários da escola?				
13	Conversa com seu filho sobre como foi o dia na escola?				
14	Procura saber se seu filho possui problemas de indisciplina na escola?				
15	Faz atividades com seu filho que não são exigidas pela escola (exemplo: ler histórias, desenvolver brincadeiras que estimulam o raciocínio, memória, coordenação motora, entre outros)?				
16	Observa se o seu filho está fazendo as tarefas de casa?				
17	Ajuda o seu filho a fazer as tarefas?				
18	Participa das decisões da escola, quando é dado este espaço?				
19	Incentiva seu filho a participar das atividades de interação com a sociedade?				
20	Estimula o convívio do seu filho com os demais colegas de turma, fora da escola?				
21	Valoriza e demonstra para o seu filho os acertos e avanços no aprendizado dele?				
22	Encoraja e motiva seu filho a persistir nas atividades que apresenta dificuldades?				
23	Tenta auxiliar seu filho a organizar melhor seu tempo para que consiga realizar todas as atividades necessárias durante o dia?				
24	Se a escola te convidasse, você contribuiria voluntariamente com alguma atividade (exemplo: ler histórias, participar de atividades esportivas e culturais, falar da sua profissão, entre outros)?				
25	Quando toma conhecimento que a escola irá realizar alguma atividade festiva, procura a direção para oferecer ajuda?				